



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONALIZANTE EM
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

LARISSA LIMA

**JUVENTUDES, POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DE
PROJETOS SOCIAIS:
UMA ANÁLISE SOBRE O PROJETO DE FORMAÇÃO DE AGENTES DE
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO PROGRAMA JOVENS BAIANOS,
2006/2007.**

**Salvador
2011**

LARISSA LIMA

**JUVENTUDES, POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DE
PROJETOS SOCIAIS:
UMA ANÁLISE SOBRE O PROJETO DE FORMAÇÃO DE AGENTES DE
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO PROGRAMA JOVENS BAIANOS,
2006/2007.**

Dissertação apresentado à Universidade Federal da Bahia
– UFBA, para obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento e Gestão Social, junto ao Centro
Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Uaçaí de Magalhães Lopes

**Salvador
2011**

Escola de Administração - UFBA

L732 Lima, Larissa

Juventudes, políticas públicas e avaliação de projetos sociais: uma análise sobre o Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, 2006/2007 / Larissa Lima. – 2011.
86 f.

Orientador: Prof. Dr. Uaçaí de Magalhães Lopes.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2011.

1. Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos – Estudo de casos. 2. Jovens – Atividades políticas. 3. Comunidade – Organização para o Desenvolvimento - Bahia. 4. Projetos comunitários – Avaliação. 5. Planejamento social. 6. Políticas públicas.
I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

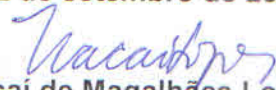
CDD 305.242



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE
LARISSA LIMA DO CURSO DE MESTRADO
MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e onze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo **Prof. Uaçaí de Magalhães Lopes** (UFBA), orientador da aluna, pelos membros titulares **Prof. Dr. Robinson Tenório** (CIAGS/UFBA) e **Prof. Dr. Cláudio Alves de Amorim** (UNEB), se reuniram para julgar o trabalho de dissertação intitulada: "**Juventudes, políticas públicas e avaliação de projetos sociais: uma análise sobre o projeto de formação de agentes de desenvolvimento comunitário do Programa Jovens Baianos, 2006/2007**" de autoria de **Larissa Lima**. Após a apresentação da dissertação a mestranda foi submetida à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser..... **APROVADO**..... Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.

Salvador, 22 de setembro de 2011.


Prof. Dr. Uaçaí de Magalhães Lopes
(UFBA-Orientador)


Prof. Dr. Cláudio Alves de Amorim
(UNEB)


Prof. Dr. Robinson Tenório
(CIAGS/UFBA)


Sra. Larissa Lima
(Mestranda)

Dedico esse trabalho a Lara e a Luiza. Anjos, fadas, borboletas que enchem minha vida de luz e cor. Pessoas que tornam meus dias mais leves e felizes e que com a graça da infância souberam apoiar, incentivar e contribuir para a concretização desse sonho. Pedacos de mim... pessoas nas quais me vejo e me reconheço, num sorriso, num olhar mais questionador, na vontade de conhecer o mundo, no desejo de estar com outros seres humanos, aprendendo, convivendo e sendo sempre.

“Mãe, hoje tem mestrado?”

AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe pelo exemplo diário de coragem e principalmente pelo cuidado incansável com a sua família, ao meu querido pai pela referência de honestidade inabalável e o jeito carinhoso e beijoqueiro, herança afetiva, sem falar no apoio de ambos todos os dias nos cuidados com minhas filhas, contribuindo para a sua formação e fazendo-as sentirem-se amadas incondicionalmente.

Às minhas fadinhas: Lara pela vontade incessante de desvendar os mistérios da vida com aqueles lindos olhos que perguntam o tempo todo e Luiza pela paz que sempre a acompanha e pelo sorriso que acalma qualquer tempestade e inunda o dia com raios de sol e cheiro de baunilha.

À minha baby, amada irmã Lívia, pelas mãos dadas em todas as circunstâncias, até mesmo aquelas em que eu merecia um puxão de orelhas.

Ao meu irmão Iuri pela alegria constante e por tornar mais leves os meus dias.

Aos meus filhos do coração Lucca e Guilherme pela capacidade de transformar um simples momento numa explosão de amor.

Aos meus afilhados: Junior, Raiza e Lucca por me ensinarem sempre, em idades diferentes que a vida é simples.

À toda a minha família que é grande, barulhenta, mas que sabe fazer alguém crescer se sentindo muito amado, em especial à matriarca, minha amada avó Biu, mulher forte e radiante que segurou a onda sempre.

À minha linda, sábia e amada amiga-irmã Vivi por permitir que eu desfrute da sua iluminada convivência aprendendo todos os dias. E principalmente por me ajudar a acreditar em mim mesma nos momentos em que foi difícil seguir adiante.

Aos meus amigos maravilhosos Fabrício, pelo ouvido paciente e verdadeiro e o amor incondicional há mais de 30 anos e Flávia pela parceria saborosa e sempre recheada com alegria e reflexão na aventura que é viver.

Aos amigos Carlinha, Janda e Carlinhos pela ajuda durante todo o percurso do mestrado, desde o anteprojeto quando eu nem sabia direito que tema queria pesquisar. Vocês me ajudaram com interesse genuíno e isso não tem preço. Sempre com uma idéia inovadora ou um questionamento interessante, além de muita doçura e compreensão.

Ao meu orientador Uaçaí Lopes pelo trabalho conjunto.

À Fundação Luís Eduardo Magalhães pelo apoio durante todo o mestrado, propiciando o acesso às aulas, à residência social, além de disponibilizar toda a documentação e banco de dados para a realização da pesquisa. Não apenas pelo incentivo institucional, mas também pelo suporte afetivo durante todo o percurso do mestrado. Aos meus colegas de trabalho pelos sorrisos diários e o estímulo a cada momento: “E aí, Lala? Como está o mestrado?”.

Aos colegas da Turma 3 do Mestrado, que muito contribuíram para o amadurecimento dos meus questionamentos e foram meus companheiros em momentos fantásticos durante nosso período de aulas.

Aos professores e funcionários do CIAGS pela disponibilidade em colaborar sempre e pelo aprendizado em muitos momentos. À querida professora Neyde Marques que fez sua viagem para o outro plano, mas que me aparece em sonhos promovendo uma orientação além-mundo material com muita sabedoria e inspiração.

Obrigada, de coração, a todos (as) que com paciência e amor cruzaram o meu caminho e fizeram a minha vida mais colorida, harmônica e feliz. Agradeço também pelos conflitos, afinal eles me propiciaram diversos aprendizados. Vocês são uma dádiva.

Labirinto

Não haverá nunca uma porta. Estás dentro
E o alcácer abarca o universo
E não tem nem anverso nem reverso
Nem externo muro nem secreto centro.
Não esperes que o rigor de teu caminho
Que teimosamente se bifurca em outro,
Que obstinadamente se bifurca em outro,
Tenha fim. É de ferro teu destino.

Jorge Luis Borges

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar os resultados do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, realizado em 2006/2007, a partir da percepção dos jovens concluintes. Ainda que as políticas públicas voltadas para a juventude tenham avançado muito nos últimos anos, os processos formativos utilizados como ferramentas dessas políticas, ainda não alcançam amplamente seus objetivos gerais, já que o contexto em que os jovens estão inseridos limita a prática das competências desenvolvidas. A pesquisa foi realizada através da análise dos relatórios de avaliação do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos e das entrevistas individuais semi-estruturadas com os jovens concluintes. A abordagem qualitativa foi escolhida buscando-se privilegiar os significados contidos nas falas dos sujeitos entrevistados. Os conceitos estudados foram: juventudes, políticas públicas e avaliação de projetos sociais. Os dados analisados apontaram para um resultado bastante significativo no que diz respeito ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens, entretanto o objetivo geral de formar agentes de desenvolvimento comunitário, na população pesquisada, não se manteve ao longo do tempo. Passados quatro anos da finalização do projeto, nenhum dos jovens concluintes entrevistados passou a ter uma atuação em sua comunidade ou em qualquer outra ação coletiva. Ainda que as políticas públicas para as juventudes tenham sofrido significativos progressos, o contexto em que elas se constituem ainda não permite o pleno desenvolvimento dos sujeitos delas participantes.

Palavras-chave: Juventudes; Políticas Públicas; Avaliação de Projetos Sociais.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the results of Agent Training Project Community Development Youth Program from Bahia, conducted in 2006/2007, from the perception of young graduates. Although the public policies for youth have advanced greatly in recent years, the training processes used as tools of these policies, not yet widely reach its overall objectives, as the context in which young people are embedded limits the practical skills developed. The survey was conducted through analysis of project evaluation reports for the training of Community Development Youth Program Baianos and semi-structured individual interviews with young graduates. The qualitative approach was chosen to focus on seeking the meanings contained in the statements of interviewees. The concepts studied were: youth, policy and evaluation of social projects. The analyzed data indicated a highly significant result with regard to the personal and social development of young people, however the overall goal of forming community development agents in the population studied, was not maintained over time. After four years of project completion, none of the interviewed young graduates went on to have a role in your community or other collective action. While public policies for youth have experienced significant progress, the context in which they are still not allow the full of development of their subject participants.

Keywords: Youth, Public Policy Evaluation of Social Projects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição das Competências do Perfil de Entrada e Saída dos Jovens.....	47
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Roteiro de Perguntas.....	54
Quadro 2: Documentos Analisados.	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comunidades de Procedência dos Jovens Entrevistados, Salvador, 2011.	59
Tabela 2: Pólos Geográficos dos Jovens Entrevistados, Salvador, 2011.	60
Tabela 3: Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo Idade e Sexo, Salvador, 2011.....	60
Tabela 4: Distribuição dos Jovens Entrevistados quanto à Formação Acadêmica, Salvador, 2011.	60
Tabela 5: Em relação ao estado civil, distribuição dos jovens entrevistados.	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC	Agente de Desenvolvimento Comunitário
AMACH	Associação dos Moradores do Centro Histórico
CDM	Cooperação para o Desenvolvimento e Moradia Humana
CEJUVE	Conselho Estadual de Juventude
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FLEM	Fundação Luís Eduardo Magalhães
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDJ	Índice de desenvolvimento da Juventude
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRDEB	Instituto de Radio-Difusão do Estado da Bahia
HIV	Human immunodeficiency virus
NPEJI	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidades, Cultura e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PJB	Programa Jovens Baianos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PT	Partido dos Trabalhadores
RENAJU	Rede Nacional de Juventude
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

ORIGENS.....	15
A HISTÓRIA DESSE LABIRINTO.....	20
1.1 Juventudes	20
1.1.1. Jovem – sujeito histórico.....	20
1.1.2. Ser Jovem nos Dias Atuais.....	24
1.1.3. O Jovem e essa Pesquisa.	29
1.2. Avaliação de Projetos Sociais.....	30
1.3. Políticas Públicas de Juventudes	33
1.3.1. Definição de Política Pública.	33
1.3.2. Trajetória da Política Nacional e Estadual de Juventude	34
1.3.3. O Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos.....	40
ESCOLHENDO CAMINHOS	52
2.1 Fase Exploratória.....	53
2.2 Trabalho de Campo	55
2.3 Análise dos Resultados	58
TECENDO O FIO DE ARIADNE.....	59
3.1 Análise das Entrevistas.....	59
3.1.1 Perfil dos Jovens Entrevistados.....	59
3.1.2 Autoconceito dos Jovens.....	61
3.1.3 Relação dos Jovens com suas Famílias.....	62
3.1.4 Percepção dos Jovens quanto ao Espaço Escolar.....	63
3.1.5 Sentimento de Pertencimento dos Jovens à Comunidade em que Vivem.....	64
3.1.6 Significado do projeto de formação de agentes de desenvolvimento comunitário do programa jovens baianos na vida dos jovens concluintes.	67
3.2 Interpretação dos Dados.....	71
PELA MÃO DE DÉDALO	78
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE	86

ORIGENS

“Eu descobri uma coisa em mim que eu nem sabia que eu tinha. Eu não falava muito, eu não brincava muito. Eu não discutia muito sobre os assuntos. Se fosse falar mesmo de política eu não entrava no meio porque eu não sabia do que tava se tratando. Hoje não, hoje eu procuro saber, procuro me informar, procuro pesquisar e o bom do PJB foi isso, eu comecei a falar, eu comecei a dizer o que eu estava sentindo, o que eu tava precisando dizer. Foi discutido muitas coisas com os meninos, até sobre sexo que é um assunto complicado de se conversar. Hoje eu sou bem mais a B. do que era antes, eu era mais tímida, hoje eu sou mais alegre, mais espontânea, brinco mais, converso mais, não tenho medo de chegar pras pessoas e falar, conversar. Sei falar hoje em público, uma coisa que eu não sabia. Então foi ótimo pra mim. (depoimento de E.B., jovem concluinte do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos)”

Os debates acerca do tema juventude têm se ampliado e ganhado força internacional e nacionalmente. Diversos são os avanços implementados nas políticas públicas voltadas para as juventudes e a concepção de jovens enquanto sujeitos de direitos tem se destacado, já com as conquistas desse grupo se fazendo notar.

Optou-se pelo uso do termo no masculino genérico, como forma de preservar a fluidez da leitura, sendo qualificada como jovem a parcela da população, de ambos os sexos, situada na faixa etária de 15 a 29 anos, conforme trabalha o conceito o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O presente trabalho tem como objetivo geral avaliar os resultados do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, a partir da percepção dos jovens concluintes. Pretende avaliar o sentido dessa formação nas vidas dos jovens que concluíram o Projeto.

O presente estudo possui como objetivos específicos:

- Verificar a importância que o Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário teve na vida do jovem concluinte.
- Investigar, na perspectiva do jovem, se a sua mudança de atitude relatada após a avaliação de resultados do Projeto se manteve ao longo do tempo.
- Averiguar se o jovem concluinte do Projeto de Formação passou a atuar como agente de desenvolvimento comunitário, após concluir a formação.

O interesse por tal tema iniciou-se a partir da prática de intervenção social com jovens do Estado da Bahia participantes do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, no período de setembro de 2006 a outubro de 2007.

A efetividade dos projetos sociais enquanto instrumentos de desenvolvimento de competências nos jovens participantes é uma questão sempre discutida pelos atores envolvidos nos processos de formação voltados para as juventudes. Durante os 13 meses, que integrei a equipe de gestão do Projeto como coordenadora de desenvolvimento comunitário, sendo responsável por cerca de 350 jovens, liderando uma equipe de 12 facilitadores, em oito escolas da rede estadual de ensino no município de Salvador – Bahia, tal questão também permeou a minha prática.

Durante toda a trajetória de trabalho com jovens nos perguntamos se eles percebem como efetiva a formação oferecida e se as políticas atuais voltadas para a parcela jovem da população possibilitam de fato a ampliação das possibilidades de emancipação dos nossos jovens.

Os processos formativos voltados para a juventude têm sido um dos instrumentos das políticas públicas direcionadas ao segmento jovem da população brasileira. Nessas formações, conteúdos relacionados ao desenvolvimento pessoal e social são trabalhados visando o fortalecimento da auto-estima, a ampliação das possibilidades de relacionamento interpessoal dos jovens participantes e sua posterior inserção no mundo do trabalho. A base pedagógica envolve quase sempre um módulo ligado à qualificação social, com temas voltados para a cidadania e direitos humanos e outro voltado para a qualificação profissional específica.

Nessa pesquisa o foco é a dimensão do processo vivido e o reflexo dessa experiência nas vidas dos jovens entrevistados, como eles percebem essa influência, se a percebem de alguma forma.

A presente dissertação assim desenvolveu-se: o capítulo um, intitulado A História desse Labirinto, é dividido em três outros subcapítulos.

O primeiro subcapítulo é dedicado ao estudo do conceito de juventudes. Para Bourdieu (1983) juventude é apenas uma palavra, já que é um conceito socialmente construído, sendo passível

de inúmeras disputas de poder com finalidades diversas, entre elas econômicas e políticas. Traça-se também nesse subcapítulo um panorama do contexto atual da modernidade em que estamos inseridos, fazendo uma reflexão sobre os valores do capitalismo e da globalização e seus efeitos sociais a fim de situar quem é o jovem de hoje. Discutem-se ainda as transformações sofridas pelo conceito de juventude ao longo do tempo e os atuais debates sobre essa categoria, enfatizando por fim o conceito adotado nessa pesquisa, trazendo o conceito de Amartya Sen (2000) de desenvolvimento como liberdade.

No segundo subcapítulo lança-se um olhar sobre a avaliação de projetos sociais, fazendo um comentário sobre o conceito de avaliação, sua utilização nos projetos e de que maneira ela integra esse estudo.

O terceiro subcapítulo é dedicado às políticas públicas de juventude onde se faz uma breve discussão sobre o conceito de política pública, o percurso das políticas públicas destinadas aos jovens do Brasil e da Bahia, refletindo ainda como as ações voltadas para o público juvenil, têm um percurso semelhante, na esfera estadual e federal.

Com a chamada “onda jovem”, quando temos a parcela juvenil da população como numericamente superior, passa-se a enxergar o jovem como ator estratégico do processo de desenvolvimento. Ainda que na década de 90 os jovens tenham ganhado maior destaque na agenda pública, era um momento em que estavam sempre associados à noção de problema social e questão a ser solucionada. As transformações desse olhar político sobre as juventudes e suas implicações nas ações destinadas a elas são itens discutidos no terceiro subcapítulo.

Ainda no terceiro subcapítulo há uma descrição detalhada do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, como instrumento de política pública para os jovens do Estado da Bahia, sua origem, seus objetivos, a avaliação implementada e os resultados descritos na avaliação de resultados e na avaliação externa, realizadas respectivamente pela Fundação Luís Eduardo Magalhães e por consultores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidades, Cultura e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (NPEJI / UCSAL).

No capítulo dois – Procedimentos metodológicos (Escolhendo Caminhos), o trajeto percorrido é justificado, o desenho da pesquisa é explicado, além da descrição do procedimento de coleta de dados. Nesse tópico é apresentado o mapa da pesquisa, os motivos

que levaram a esse formato e o detalhamento dos instrumentos utilizados para a obtenção das informações.

O eixo do capítulo três, Tecendo o Fio de Ariadne, é um mergulho na percepção dos jovens concluintes do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário, apresentando o perfil dos jovens entrevistados e as análises dos dados através dos aspectos observados, a saber: auto-conceito dos jovens, relação dos jovens com suas famílias, percepção dos jovens quanto ao espaço escolar, sentimento de pertencimento dos jovens às comunidades em que vivem e o significado do projeto na vida dos jovens concluintes. Esse capítulo abarca também a interpretação das informações coletadas à luz da teoria estudada, a partir da costura entre a análise dos dados, sua interpretação, a avaliação dos documentos e a revisão teórica. Buscou-se agregar ainda o conhecimento gerado pela experiência do trabalho com juventudes em outros tantos projetos de qualificação social e profissional, em parceria com o poder público.

Por fim, o capítulo quatro Pela Mão de Dédalo aponta as conclusões obtidas a partir do contexto pesquisado, complementando tais reflexões com proposições para a formulação de novos projetos voltados para a juventude.

É importante ressaltar o quão significativo é um estudo como esse para a pesquisadora que vos escreve, já que após a experiência em questão muitas outras foram vividas e há ainda outros projetos a serem realizados que serão enriquecidos com o resultado desse trabalho bem como a satisfação de mergulhar com olhos que perscrutam nesse oceano do fazer.

Durante a residência social, atividade integrante da grade curricular do mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social, enquanto pesquisava em Barcelona numa instituição e principalmente em outra cultura o significado de “ser jovem”, visitei uma exposição intitulada “Labirintos”. Tal vivência me remeteu às escolhas e possibilidades dos caminhos de nossas vidas. Achei pertinente utilizar essa alegoria para expressar de forma lúdica meu percurso nesse processo de pesquisa. Ainda que o fio de Ariadne estivesse ali, e pra mim ele é representado pelos inputs proporcionados pelas aulas, durante o curso de mestrado, pelos professores, por meu orientador, pela minha família, pelos amigos e profissionais envolvidos, sinalizando a segurança do retorno, cabia a mim a escolha sempre do melhor caminho. Por vezes, senti que estava num labirinto repleto de espelhos em que meu próprio reflexo me confundia impedindo que eu encontrasse o caminho, estava tão preocupada em me encontrar

que nem me permiti ao menos ficar perdida por uns instantes contemplando a desorientação. Em outros momentos era a beleza de um conceito, ou a alegria de um novo aprendizado que me “distrain” e faziam com que eu perdesse o foco do trabalho, mas como diria Bourdieu “nada é mais universalizável que as dificuldades” e creio que esse processo de avançar e recuar, seja próprio da atividade de investigar. Talvez eu possa afirmar que foi quando mais eu fiquei perdida, amarrada em questionamentos, embaraçada no próprio fio, que deveria me conduzir à saída, que parei, pensei em desistir e pude aproveitar finalmente o labirinto, dançando com a incerteza e o não saber. Nada de verdades absolutas ou conceitos cristalizados, mas a retidão no sentido de com seriedade entrar no labirinto, conhecer as bifurcações, perder-se, encontrar o minotauro da dúvida, tomar chá com ele e retornar com um pedaço do espelho da verdade, aquele que responde melhor ao problema em questão. Foi difícil? Sim e muito. Foi gratificante? Sem dúvida alguma. Satisfeita? Não, NUNCA. Afinal em se tratando de conhecimento saberemos sempre menos do que queremos saber.

A HISTÓRIA DESSE LABIRINTO

1.1 JUVENTUDES

1.1.1. Jovem – sujeito histórico

A juventude é uma categoria socialmente construída. Em “A juventude é apenas uma palavra” Pierre Bourdieu (1983) ressalta que as divisões entre as idades são arbitrárias, portanto o entendimento do que significa ser jovem se modifica de acordo com o contexto de cada época, com a representação ideológica do momento.

“Somos sempre o jovem ou o velho de alguém.” (Bourdieu, 1983, p.2).

Ainda segundo Bourdieu (1983), essa categorização esteve quase sempre vinculada a uma finalidade de manipulação, de disputa de poder, já que a separação entre a idade adulta e a juventude permitiu ao longo do tempo que ficassem reservados a cada um desses momentos de vida um rol determinado de características e atribuições, sem esquecer ainda das querelas sobre patrimônio e os processos sucessórios: Assim como o sexo, a idade é uma das bases de estratificação da nossa sociedade. “A representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens possibilidades que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras coisas aos mais velhos” (Bourdieu, 1983, p.1). Existe uma separação bem evidente entre o “velho” e o “novo”: gírias de jovens, roupa de coroa, festas da juventude, carro de “tiozinho”, cultura juvenil, arquitetura antiga, dentre outros. Os lugares sociais reservados aos jovens e aos adultos são marcados pelo poder e pelas disputas: de um lado os que possuem vitalidade, energia, mas não se emanciparam ainda; do outro, aqueles que têm o poder econômico, o patrimônio, mas que foram espoliados da extensão do tempo do porvir, do futuro. Essa dinâmica de diferenciação geracional foi se construindo e desconstruindo ao longo do tempo, de acordo com as trocas sociais. Gonzáles e Guareschi (2008), afirmam em sua obra “Discursos sobre juventude e práticas psicológicas: a produção dos modos de ser jovem”,

Pressupomos, para esta discussão, que cada época profere discursos relativos aos seus jovens. Tais discursos denotam modelos e expectativas que irão produzir formas de ser e agir a partir de interesses específicos do momento histórico, cultural e social vigente. Os jovens, nesse sentido, são sujeitos concretos que se aproximam ou não, em seus modos de vida, dos sentidos produzidos por esses discursos em cada época particular. (Gonzáles e Guareschi, 2008, p. 4).

O conceito de geração é complexo, pois a compreensão de que existem estágios na vida que devem ser transitados como se fossem estáticos não dá conta da realidade em si, muito menos do fato de que muitas vezes esses momentos de vida se sobrepõem, tornando imprecisos os limites entre eles. Os critérios etários são dados objetivos, mas não são suficientes para definir as juventudes.

A adolescência se configura, então, como um período de experimentação de valores, de papéis sociais e de identidades e pela ambigüidade entre ser criança e ser adulto. O jovem está apto para a procriação, para a produção social e para o trabalho. Porém, a ambivalência da sociedade quanto à possibilidade de efetivação dessas aptidões faz com que ele adquira um status intermediário e provisório, e passe a ser tratado de forma ambivalente: como criança e como adulto (Aberastury 1980; Abramo, 1994, apud Salles, 2005, p.38).

Juventude: conceito polissêmico. Mesmo que com um tempo e lugar social delimitado a juventude não é homogênea, o ano de nascimento não define as pessoas. Questões de gênero, o fato de morar no campo ou na cidade, estudar em escola pública ou particular são singularidades que diferenciam os jovens. Por isso muitos autores da atualidade defendem a utilização do termo juventudes, no plural, para marcar bem a multiplicidade de realidades contida num único conceito.

Abramo (1997) afirma que ser jovem é um momento de transição entre a infância a maturidade, sendo, assim, um momento crucial de socialização, no qual o indivíduo ressignifica seus valores e se prepara para assumir seus posicionamentos e seus papéis na fase adulta. E essa fase de passagem, contém limites bem claros em alguns aspectos e delimitações imprecisas e definições ambíguas ao mesmo tempo. Ou se é novo demais para enfrentar algumas situações, ou já se passou da fase de cometer certos excessos.

As circunstâncias históricas são diversas e influenciam na forma de se estar no mundo. Ter 20 anos na década de 60 não significa a mesma experiência juvenil dos tempos atuais. A iniciação sexual em tempos de HIV (Human immunodeficiency virus) é significativamente diferente da época de Woodstock. “O futuro não é mais como era antigamente” (Índios, Renato Russo, 1993).

Ainda que para Bourdieu (1993) juventude seja apenas uma palavra, para Margullis e Urresti (2000) Juventude é mais que uma palavra. A idade sempre foi utilizada como uma forma de classificação social, mas essa utilização classificatória não é tão evidente quando se tem uma diversidade tão grande contida numa mesma faixa etária. Para os autores, a juventude, como

toda categoria socialmente construída, que se reporta a fenômenos existentes, possui uma dimensão simbólica, mas também tem que ser analisada a partir de outras dimensões: devem-se observar os aspectos factíveis, materiais, históricos e políticos em que toda produção social se desenvolve.

A tolerância social ao tempo de ser jovem, de estudar, sem a necessidade de assumir compromissos com a casa, com a condição financeira da família é denominada por Margullis e Urresti como “moratória social”. Esse momento protegido tem se prolongado cada vez mais com a ampliação da faixa etária considerada jovem, como afirmam Margullis e Urresti (1998):

“A moratória social alude ao que, com a modernidade, grupos crescentes, que pertencem comumente a setores sociais médios e altos, postergam a idade do casamento e da procriação para que durante um período cada vez mais prolongado, tenham a oportunidade de estudar e de avançar a sua capacitação em instituições de ensino” (Margulis e Urresti, 1998, p.5).

A sociedade permite que o jovem experimente, seja diferente. Mas as desigualdades sociais impactam também nessa possibilidade, afinal nem todos os jovens têm acesso a essa moratória. O tempo livre oriundo da crise e do desemprego para os jovens de classes populares não tem o mesmo sabor de liberdade e despreocupação que tem para os das classes mais abastadas. Aos jovens excluídos dessa lógica permissiva resta o trabalho prematuro e a inserção precoce no mundo das responsabilidades adultas.

O descompasso econômico não permite ao jovem, que não tem acesso aos bens de consumo, um tempo mais “leve” na escola. Nas manchetes de jornais transbordam casos de jovens que se inserem na marginalidade e no tráfico de drogas para aceder ao status de consumidor. As roupas de “marca”, os equipamentos eletrônicos modernos, seduzem e induzem ao desespero aqueles que não possuem meios para obtê-los e veem seu “valor social” diminuído em razão disso. A cultura do esforço, segundo a qual a recompensa após a dedicação é o resultado do seu trabalho, perde lugar para a velocidade do mundo capitalista, que lança no mercado um celular mais moderno todos os dias, sinalizando como bem-sucedidos na sociedade aqueles que possuem os modelos mais atuais.

A questão econômica é apenas uma das diversas faces do conceito polissêmico Juventudes, há que se pensar ainda no meio urbano, rural, nas questões de gênero, etnia, orientação sexual, dentre tantos outros aspectos.

“As revistas
 As revoltas
 As conquistas da juventude
 São heranças
 São motivos
 Pras mudanças de atitude
 Os discos
 As danças
 Os riscos da juventude
 A cara limpa
 A roupa suja
 Esperando que o tempo mude.”

(TERRA DE GIGANTES, Humberto Gessinger, 1997)

Quais são os marcos sociais, historicamente desenvolvidos que condicionam as distintas maneiras de ser jovem? Qual o valor simbólico da juventude? Como o padrão estético influencia esse conceito? Em análise feita por Melissa Pimenta da obra de Elza Ramos “Rester enfant, devenir adulte: la cohabitation des étudiants chez leurs parents” (2002, p.401):

O fenômeno do "prolongamento" da juventude evidencia as ambigüidades do processo de tornar-se adulto na contemporaneidade. Se, antes, a maturidade era atribuída ao completar uma seqüência de etapas que tradicionalmente marcavam a transição entre uma e outra fase da vida, hoje tornar-se adulto é percorrer um caminho cada vez mais sinuoso, com muitas mudanças de orientação, atalhos, alternativas que assinalam múltiplas direções e obstáculos que levam a desvios, paradas e mesmo ao retorno sobre os próprios passos. Nesse sentido, a definição do que significa ser adulto não se limita a determinantes objetivos, tais como a independência de residência ou financeira, mas envolve, necessariamente, a construção de si mesmo como pessoa autônoma e responsável.

Juventude além de uma palavra é também um produto. “A juventude é uma banda numa propaganda de refrigerantes” (Terra de Gigantes, Engenheiros do Havaí, 1997). Os signos identificados pelo vestir e pelos produtos associados à juventude impactam na construção social em torno dela. Na atualidade, a mídia vende a eterna juventude através de cosméticos, clubes de corrida, roupas da moda, lugares freqüentados por gente jovem e “bonita”. Em pesquisa realizada pela UNESCO (Juventude, juventudes: o que une, o que separa, 2004) o item moda e aparência foi escolhido por 26,9% dos entrevistados como o que melhor define os jovens nos dias de hoje. A indumentária comunica o estilo e o extrato etário de cada pessoa. Os jovens sempre tiveram um modo próprio de vestir, o visual que identifica cada tribo, uns são “emus”, outros gostam de funk, alguns se autodenominam como “mauricinhos”, outros “alternativos” e assim vão se constituindo os grupos que se alinham com determinadas visões de mundo e que utilizam a moda para comunicar isso. Em seu artigo “Juventude,

juventudes: pelos outros e por elas mesmas”, que se baseou nos dados da pesquisa acima citada, Esteves e Abramovay afirmam:

“O quadro se torna ainda mais complexo quando se considera, como vimos, que a juventude está na moda – razão pela qual também as pessoas mais idosas se vêem obrigadas a parecer mais jovens –, o que faz dela tanto sujeito quanto predicado, categoria consumidora de moda e, ao mesmo tempo, o objeto da moda, pondo em marcha e alimentado um processo moto-contínuo, com características fortemente autofágicas” (2008, p.9).

Historicamente, a visão do jovem enquanto problema social, fruto de uma percepção adultocrata, vem perdendo força para a concepção de que a juventude é o amanhã, um ator importante, responsável pelo porvir.

1.1.2. Ser Jovem nos Dias Atuais.

Ser jovem nos dias atuais. Internet. Desemprego. Neoliberalismo. Facebook. Anorexia. Lóreal. Um mundo conectado, veloz, voraz. Ser, estar na condição da juventude na modernidade requer uma preparação física e psicológica para o volátil, efêmero, superficial. A flexibilização contemporânea no que diz respeito ao tempo, influenciada pela velocidade de informação e comunicação, permitem um alargamento desse período de ser jovem. Sem falar que as muitas juventudes situam-se nesse tempo de formas diversas. O processo de inserção social, no que diz respeito à emancipação delimita culturalmente essa “passagem” ao mundo adulto.

A instantaneidade dos padrões de consumo é uma das características de uma economia globalizada, onde os avanços tecnológicos e industriais e a velocidade da comunicação permitem o acesso a novos bens e uma relação tempo-espaco diferenciada. O tempo social do capitalismo é o da produção, somos impelidos a produzir. Melhor, somos impelidos a produzir e a consumir. A lógica capitalista do acúmulo e da liberdade de mercado tem na sua base o individualismo. Reduziu-se o espaço para o outro, para a troca, já que a palavra contemporânea é a antecipação. Limitado também ficou o espaço para a relação. A mudança referente ao conceito de tempo-espaco, onde a velocidade tem um papel central, é crucial na reformulação de novos padrões econômicos e sociais no qual essas juventudes estão inseridas.

De acordo com Goncalves,

O individualismo tem sido afirmado como marca da sociedade contemporânea. A ele se submetem todos os protagonistas sociais, em particular os que vivem e

circulam nas grandes metrópoles, açodadas pela competição e pelo consumo. Segundo esse modelo de análise, a sociedade do espetáculo, para usar o termo cunhado por Guy Debord, impõe subjetividades e forja modos de pensar, sentir e agir, sobretudo entre os jovens, segmento etário tido como o mais vulnerável aos apelos do individualismo (2005, p.207).

No atual momento social em que tudo está dito, tudo está posto e estamos inseridos na cultura da superexposição, Baudrillard (1985) nos traz a reflexão acerca da hiperealidade e os seus possíveis efeitos nocivos ao processo de reconhecimento do outro enquanto alteridade merecedora de respeito. Num mundo onde a velocidade da informação e da comunicação é espantosa, o tempo é outro e fica reduzido o espaço para uma aproximação real e busca-se que o virtual supra as relações.

“não me diga que me ama
 não me queira não me afague
 sentimento pegue e pague emoção compre em tablete
 mastigue como chiclete jogue fora na sarjeta
 compre um lote do futuro cheque para trinta dias
 nosso plano de seguro cobre a sua carência”
 (PIERCING, Zeca Baleiro, 1999)

O jovem de hoje está inserido nesse contexto da velocidade, da informação e da comunicação. Mesmo aqueles que residem no meio rural, ou que não entraram no cotidiano virtual, têm acesso também ao que a televisão e sua antena “parabolicamará” transmitem.

Giberto Dupas (2003) afirma que o cidadão contemporâneo é controlado por olhos eletrônicos e vive num mundo de encontros e conexões temporárias, em que a velocidade da informação e da comunicação, restringe as trocas.

Com o mundo virtual entrando em suas casas, as famílias têm cada dia mais dificuldade em controlar a que tipo de informação seus filhos tem acesso, o tempo em que ficam conectados e quais são os valores difundidos pela rede mundial de computadores, a internet. Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), entre 2005 e 2009, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet foi maior entre os jovens: 71,1% das pessoas de 15 a 17 anos acessavam a rede em 2009; em seguida vieram as pessoas de 18 ou 19 anos (68,7% de acessos). Sabe-se que uma característica das relações virtuais é a superficialidade. Quanto mais pessoas eu adiciono à minha rede social, mais me torno interessante. Com isso, o aprofundamento dos relacionamentos e da intimidade fica em segundo plano, não restando muito espaço para o outro, para realmente conhecê-lo em sua inteireza.

“Tire o seu piercing do caminho
Que eu quero passar
Quero passar com a minha dor...”.
(PIERCING Zeca Baleiro, 1999)

Esteves e Abramovay (2008) ressaltam ainda que os valores associados à juventude estão muito mais voltados às questões estéticas que propriamente a princípios éticos:

Isso porque, ainda que tanto o vigor e a plasticidade de sua forma física, suas roupas, bem como todas as demais características pautadas, do modo mais específico, na representação do que os jovens aparentam ser, afigurem-se como socialmente desejáveis – corroborando nossa crença na enorme influência exercida por eles, numa dimensão estética, sobre o conjunto da sociedade –, no campo da ética, aqui traduzido como o conjunto de regras, maneiras de pensar ou princípios que orientam, ou tomam para si, a autoridade de orientar as ações de um determinado grupo social (SINGER, 1994), ou, nas palavras de Frei Betto (2006), “[...] os usos e costumes adotados numa sociedade para se evitar a barbárie de a vontade de um violar os direitos de todo”, a autoridade das juventudes revela-se bastante limitada, para não dizer inexistente. (Esteves e Abramovay, 2008, p. 12).

A concepção de problema social por muito tempo manteve o jovem no foco do interesse público enquanto questão a ser resolvida. Os números relacionados à prática de violência e a juventude sempre alarmaram a sociedade no sentido de buscar soluções para “ocupar” o tempo livre dos jovens. A centralização do foco punitivo sobre a juventude, no sentido de se proceder a uma espécie de assepsia social, não se apresenta como um movimento dissociado da produção científica. Ao contrário, e de acordo com Gonçalves (2005), tal focalização também se deve às ciências sociais, cujo resultado contribui para expandir ainda mais o espectro da culpabilização juvenil.

Gonçalves (2005) no seu artigo “Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade” enfatiza que

Os excessos juvenis, tomados como impulso da desordem urbana, colocaram em movimento esforços de disciplinarização. Associadas aos comportamentos disfuncionais, as pulsões da juventude tornaram-se foco da assepsia social que queria o controle e a correção dos vícios, e nesse percurso as ciências reforçaram ao longo dos anos a percepção de que boa parte das mazelas sociais poderia ser creditada na conta da juventude e de seus anseios de diferenciação. (Gonçalves, 2005, p.208).

Em 2007 os debates acerca da redução de maioridade penal estiveram sob os holofotes, enquanto o Brasil decidia se deveria ou não encarcerar seus jovens a partir dos 16 anos. De um lado os educadores, especialistas da área social, os militantes da causa “crianças, adolescentes e jovens” e do outro a opinião pública que assistia exaustivamente à mídia exibir imagens e casos violentos atribuídos a adolescentes e jovens com menos de 18 anos.

Ser jovem tem uma conotação ambígua, já que a construção de um futuro mais justo está destinada a eles, mas ao mesmo tempo são colocados num lugar social de irresponsabilidade e excessos. De conflitos familiares, contestação, revolta.

“Sou uma gota d'água
Sou um grão de areia
Você me diz que seus pais
Não entendem
Mas você não entende seus pais...
Você culpa seus pais por tudo
Isso é absurdo
São crianças como você
O que você vai ser
Quando você crescer?”.

(PAIS E FILHOS, Dado Villa-Lobos/Renato Russo/Marcelo Bonfá, 1989)

Ribeiro (2004, apud Esteves e Abramovay, 2008), assinala que desde a metade do século XX a juventude é, então, disputada por duas importantes forças, ainda que “mais ou menos antagônicas”, quais sejam: por um lado, a noção de revolução, de não-acomodação, e, por outro, a publicidade, cristalizando um determinado ideal social que, passados mais de duzentos anos, “talvez jamais termine”. A idéia de liberdade pessoal, em nossa sociedade, está cada vez mais marcada por valores que associamos a mocidade. “O corpo bem cuidado, a saúde, a liberdade até mesmo de desfazer relacionamentos, a possibilidade de sucessivos recomeços afetivos e profissionais: tudo isso tem a ver com uma conversão do humano em jovem” (Ribeiro, 2008, p.103).

O jovem sendo visto como detentor do capital energético, da moratória vital lembrada por Margulis e Urresti (2000) como possibilidade de desenvolvimento, com sua energia pulsante, capaz de agir e transformar. Sensação de distancia da morte. Invulnerabilidade. Tempos vindouros. Aos jovens é permitido sonhar sem limites, sem a prudência que a experiência promove e, até mesmo sem a amargura que por vezes circunda os mais velhos.

Ainda que conceito culturalmente produzido, existe na juventude o dado objetivo que é a idade. A faixa etária considerada jovem também sofreu modificações no processo de mudança histórica. Se refletirmos sobre o conceito de juventude de Castro e Abramovay (2007) para além da caracterização por faixa etária dos 15 aos 29 anos, as autoras a definem como mais do que uma fase de transição e uma “janela de oportunidades” econômicas, como a define o Banco Mundial, a juventude, para o Conjuve, é situada como um conjunto múltiplo que vive a

realidade do hoje, em um espaço, em um tempo bem definido e com necessidades próprias, além de ressaltar a figura do jovem como um “sujeito de direitos” no presente, na medida em que necessita que suas demandas sejam atendidas e seus direitos garantidos. Podemos dizer que esse conceito poderia designar qualquer estágio da vida já que todos esses momentos são permeados pelas citadas singularidades, mas especialmente no que diz respeito aos jovens existe um lugar social bem delimitado, um lugar de expectativas e de crença na possibilidade de construção de um mundo melhor.

Importante ressaltar mais uma vez a ambigüidade desse lugar reservado aos jovens. Os jovens ora são vistos como problemas ou que precisam ser objeto de atenção. Manter a paz social ou preservar a juventude? Controlar a ameaça que os segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados pela sociedade e seus problemas? (Lagree, 1999, p.15). A sociedade oscila entre esses posicionamentos e é interessante observar como o reflexo desse movimento de idas e vindas é facilmente notado nas políticas públicas. O espaço ocupado pelos jovens e a evolução da sua concepção enquanto sujeitos de direitos tem colocado a juventude no centro de discussões cada vez mais amplas acerca do seu papel no desenvolvimento social.

Segundo dados coletados na pesquisa “Quebrando mitos – Juventude, Participação e Políticas” (Castro, 2009), os entrevistados (jovens pertencentes ao PROJOVEM) “analisaram a necessidade do poder público ver o jovem como um instrumento e fazer com que esse país cresça mesmo, afirmaram também, que o futuro está na juventude” (Castro, 2009, p.83).

De acordo com a publicação “Juventudes: outros olhares sobre as diversidades”

“nos tempos atuais, colocar os jovens no foco do conhecimento científico é estratégico e essencial para que se possa apostar em sociedades mais justas no acesso ao bem-estar e à participação cidadã, por meio de maior equidade e igualdade de oportunidades. Desse modo, possibilitam-se maiores níveis de inclusão social dos jovens e instruem-se práticas de integração dessa população nas redes de promoção social (educação, trabalho, cultura, comunicação, etc.). Sem dúvida, garantir direitos e ampliar oportunidades constitui a chave mestra para imprimir sustentabilidade à democracia em nosso país”. (Abramovay, Andrade e Esteves, 2007, p. 7).

Perceber o jovem como ator que colabora na construção de uma realidade mais justa e mais digna para se viver, contribuindo com sua vitalidade e criatividade para inovar e promover mudanças. Essa é uma concepção que vem sendo discutida na atualidade não só pelo quantitativo dessa parcela na população mundial, mas também pelos diversos aprendizados produzidos pelas juventudes.

1.1.3. O Jovem e essa Pesquisa.

O interesse pelo tema e a experiência no trabalho com as juventudes fortaleceu a percepção do conceito de jovens como sujeitos de direitos.

Os jovens buscam nos projetos sociais ampliar as suas possibilidades de desenvolvimento e investem seu tempo e suas esperanças na formação oferecida como uma oportunidade de potencializar seus talentos, impactando assim numa vida mais digna.

Muitas são as dificuldades relatadas pelos jovens participantes dos projetos e pelos trabalhadores da área social: as deficiências da educação pública que produzem analfabetos funcionais, as questões associadas à moradia precária, as ocorrências sociais que prejudicam o aprendizado e interferem na qualidade e quantidade do tempo que os jovens dedicam à sua formação acadêmica, os problemas de saúde, a pressão social para que esses jovens se insiram no mundo do trabalho o mais precocemente possível.

Jovens que são sujeitos de direitos. E isso quer dizer o quê? Direito à educação (de qualidade), à saúde, ao lazer e esporte, à moradia, enfim a uma vida digna, à felicidade, à liberdade, ao desenvolvimento.

Aqui a concepção de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (2000) é oportuna no que diz respeito ao questionamento: se liberdade significa possibilidade de escolha, quem nasce num contexto de exclusão social é livre? Pode escolher de fato?

As mazelas da exclusão social se fazem notar desde uma gestação saudável, na qual a mãe tem acesso aos nutrientes necessários ao pleno desenvolvimento do seu feto até a segurança do bairro em que as pessoas residem e que limita a sua movimentação e consequentemente a sua liberdade, que é um dos direitos fundamentais, o de ir e vir.

É imperativa a necessidade de se enxergar a liberdade como um fator de desenvolvimento, para se pensar também em juventudes, enquanto possibilidades de escolhas, corroborando com a concepção de Sen (2000) que diz:

“a segunda razão para considerar tão crucial a liberdade substantiva é que a liberdade não é apenas a base de avaliação do êxito ou fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidarem melhor de si mesmas e

para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.” (Sem, 2000, p.7).

Os jovens devem ser vistos como sujeitos não só de direitos, mas livres de fato e com possibilidades de escolhas. E ainda como atores estratégicos na construção de um futuro mais justo.

1.2. AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS.

Pensar em avaliar é pensar em mensurar, em fazer um julgamento. O ser humano é convidado a realizar essa prática o tempo todo, todos os dias, ponderando, escolhendo. Diante de determinada situação avaliar significa perguntar-se algo mudou? E caso tenha mudado, como, porque e o quanto mudou. Em assim sendo, a avaliação permite uma tomada de decisão mais consciente.

Avaliar também é uma expressão da liberdade, já que significa decidir, posicionar-se, ampliar as possibilidades de escolha, no artigo Avaliação em educação como hermenêutica à luz de argumentos possíveis entre Sartre e Freire, os autores ressaltaram que “conjeturar a grandeza do ato avaliativo é ultrapassar o próprio juízo de valor e questionar o que é juízo e o que é valor. No final, sempre estará a consciência do homem, suas expectativas, seus paradigmas, seu modo de entender a realidade, mobilizando o conhecimento” (VIEIRA E TENÓRIO, 2009, P.250).

O presente estudo percebe o processo de avaliar como o momento de lançar um olhar cuidadoso sobre as mudanças ocorridas, buscando entender a realidade em questão, nesse caso representada pelo Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, a percepção dos jovens concluintes acerca dos resultados desse projeto em suas vidas e as possíveis contribuições desse olhar pormenorizado para a formulação de novas políticas públicas e de projetos sociais que contribuam para a ampliação de possibilidades de desenvolvimento para os jovens.

Antes de apreciar a avaliação de projetos sociais, é importante conhecer o próprio conceito de Projeto.

Para Cohen e Franco (1993), Projeto é

o empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e período de tempo dados”. É, portanto, a unidade mais operativa dentro do processo de planejamento e constitui o elo final de tal processo. Está orientado à produção de determinados bens ou prestar serviços específicos. (COHEN; FRANCO, 1993, p.85).

É importante ainda ressaltar que o fato de participar ou não de um Projeto modifica o “lugar” ocupado pelos jovens. Os chamados “jovens de Projeto” tendem a se constituir num novo grupo que tem acesso a um conhecimento diferenciado e muitas vezes a oportunidades também diversas.

Para a antropóloga Regina Reyes Novaes os projetos sociais:

“(...) podem contribuir para a superação de certas marcas de exclusão pelo aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, do pertencimento local comunitário. Os projetos sociais tornam-se pontes para um determinado tipo de inclusão social de jovens moradores de certas áreas marcadas pela pobreza e pela violência das cidades. Com eles, uma parcela dos jovens pode inventar novas maneiras de sociabilidade e integração societária que resultem em determinadas modalidades de inclusão” (NOVAES, 2006, p. 113/ 114).

Em se tratando de conhecer de que maneira essa intervenção modifica a realidade a que se propõe alterar, o processo de monitoramento e avaliação é determinante no sentido de mensurar e apontar novos direcionamentos, contribuindo ainda para a fundamentação de propostas para financiamentos.

A avaliação de projetos sociais para Cohen e Franco (1993) não é um fim em si, e tampouco se pode pensar que seja o meio idôneo para superar todos os problemas que surgem na prestação de serviços sociais. Os autores percebem o processo de avaliar como uma forma de contribuir para uma tomada de decisões mais consciente e racional, identificando problemas, elencando possíveis alternativas de solução, prevendo – dentro do possível – suas consequências, e otimizando a utilização dos recursos disponíveis.

Vale ressaltar também, que cada vez mais, torna-se uma exigência das agências financiadoras a inclusão de indicadores e sistemáticas de monitoramento e avaliação na concepção dos projetos aos quais seus recursos são direcionados.

Quando avaliamos estamos “mensurando” a mudança ocorrida, queremos saber se mudou, o que mudou, o quanto mudou e como se deu essa mudança. No seu livro *Avaliação de Impacto*

no trabalho das ONGs – aprendendo a valorizar as mudanças, Chris Roche (2002) propõe uma discussão interessante acerca da natureza da mudança, lembrando que o processo de desenvolvimento e mudança é influenciado por processos mais amplos, gerados por movimentos históricos, políticos, econômicos e sociais. E que, portanto, a avaliação enquanto análise do processo de mudança não pode deixar de considerar as diversas variáveis.

Existem diversos tipos de avaliação, que podem ser classificadas segundo os objetivos que possuem, ou de acordo com quem as realiza, ou em que momento estão sendo implementadas e até mesmo em função dos seus destinatários. Não se pretende aqui fazer um longo tratado sobre a avaliação e suas amplas e distintas aplicações, mas enfatizar a importância dos processos avaliativos enquanto ferramenta de gestão. O presente estudo tem como objetivo fornecer elementos que possibilitem uma reflexão acerca da ação implementada, a fim de contribuir para possíveis ajustes em processos futuros, ou replicações. É importante ressaltar, uma vez mais, que foram analisados os resultados do projeto na vida dos jovens concluintes a partir de suas percepções.

Segundo Chris Roche (2002), “avaliação de impacto é a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações” (Roche, 2002, p.37).

Ainda para Roche (2002) “ao se usar os mesmos insumos não teremos necessariamente os mesmos resultados no futuro” (Roche, 2002, p.301). Ainda assim a prática da avaliação enquanto parte integrante do trabalho pode contribuir para que se possa mensurar durante o processo as necessidades de ajustes e implementá-los, otimizando os resultados do projeto.

A avaliação como instrumento de gestão ainda não tem sido utilizada como uma prática recorrente na execução de projetos sociais, ainda que o discurso seja outro. Os gestores dos projetos reconhecem a importância do monitoramento e avaliação, incrementam as propostas e planos de trabalho com essa perspectiva, mas de fato, como um instrumento de gestão que promove mudanças no percurso da implementação isso ainda não acontece de maneira acentuada. Não basta saber se os resultados planejados foram alcançados, eficiência e eficácia são extremamente importantes, mas a concepção da avaliação enquanto possibilidade de intervenção no percurso é inovadora e pode contribuir para a otimização dos recursos e resultados ainda mais efetivos e duradouros.

A concepção de aprendizagem contida nessa possibilidade de maior consciência dos resultados das ações planejadas e implementadas é um dos objetivos do processo avaliativo.

Não apenas na iniciativa privada e no meio acadêmico, mas cada vez mais no que diz respeito à gestão pública, cujos gastos são monitorados e os resultados das ações implementadas são de interesse público, a avaliação tem ganhado espaço. Entretanto também na esfera governamental, apesar do reconhecimento, sua utilização prática ainda é incipiente. E em relação aos Projetos Sociais, cujos recursos são limitados essa realidade não é diferente.

O presente estudo priorizou a percepção dos jovens concluintes do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos e focou no significado do projeto em suas vidas. Muitas outras variáveis constituem o atual contexto dos jovens e as relações entre elas não foram analisadas detidamente pela pesquisa em questão.

1.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDES

1.3.1. Definição de Política Pública.

O estudo das políticas públicas é um campo bastante controverso já que não existe um consenso nem mesmo em relação ao conceito em si. Diversos são os autores e as definições que tratam do tema. Bouldosa (2010) defende a necessidade de uma primeira tipificação para facilitar o entendimento e em seu artigo “Uma mirada al revés das políticas públicas” faz um percurso descritivo das definições para os diversos autores da área. Ainda que bastante dissonante, o campo das políticas públicas é extremamente rico principalmente por conta da profusão de debates e visões acerca do conceito.

Tradicionalmente política pública é o que o governo faz (Dye, 1972). Pensando a política pública como uma resposta a um problema de relevância pública, de acordo com Bouldosa (2006), Política Pública é a ação pública complexa e multiatorial voltada à resolução de um problema considerado de pública relevância, que envolve degradação e consumo de bens públicos (BOULLOSA, 2006). As políticas são objetos, mas também constructos, interpretações da realidade em torno de um problema socialmente percebido. Como ressaltam Capano e Giuliani (2009), “as políticas públicas não são o puro efeito de circunstâncias exógenas, mas uma das suas características é a presença de uma intencionalidade qualquer por

parte dos atores nela envolvidos” os autores enfatizam ainda que “cada política pública é uma abstração; pode ter consequências relevantes sobre destinos e sobre condições de vida de milhões de pessoas, mas permanece sempre sendo uma abstração”.

Nos debates acerca do conceito de políticas públicas, considera-se que um problema político, avaliado como relevante na esfera pública, foi submetido a debate popular e que seus benefícios e resultados, culminam num direcionamento claro para aqueles que fomentaram tal discussão. Para Teixeira (2002):

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. (Teixeira, 2002, p.2).

Em seu artigo Políticas Públicas: uma revisão de literatura, Celina Souza (2007), enfatiza que “a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.” (Souza, 2007, p.5).

A reflexão sobre o conceito de política, o processo histórico de construção das políticas e a participação da juventude nessa construção, pode contribuir significativamente para a elaboração de propostas coerentes com as demandas desse segmento da população.

Cada vez mais presentes nas arenas de debates, as juventudes vêm ocupando o lugar do controle social e da pressão pelo espaço da temática jovem na agenda pública.

1.3.2. Trajetória da Política Nacional e Estadual de Juventude

As questões ligadas à temática da juventude alcançaram status de interesse público ao longo dos anos. As investigadoras Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay (2002) salientam que os direcionamentos das políticas voltadas para a juventude, em especial até os anos 80,

fundamentaram-se em propostas de caráter funcionalista ou instrumental, por tutela, ou seja, buscam adequar o comportamento dos jovens a um estado de normalidade ou prestar algum bem ou serviço para os jovens, mais enfocando o princípio de colocar crianças, adolescentes e jovens nas escolas e sob a guarda da família ou do Estado, ou em instituições para jovens infratores. Assim, não ao azar, muitas políticas específicas teriam como público-alvo a população sujeita à liberdade

assistida. O princípio implícito é salvaguardar a sociedade contra o que se considera orientações indesejáveis do jovem, como transgressão e rebeldia. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p.07).

Fazendo um percurso histórico, observa-se que a relevância das questões relacionadas ao tema da juventude se estabeleceu numa onda crescente de interesse público: em 1965 a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a "Declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos" e 1985 foi o ano em que o termo juventude foi definido internacionalmente, sendo considerado o Ano Internacional da Juventude, por ocasião da Assembléia Geral da ONU. À época delimitou-se como pessoas jovens, aquelas na faixa etária de 15 a 24 anos.

O Estatuto da criança e do adolescente, publicado em 1990, é um marco no sentido de se conceber as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, intensificando os debates sobre as temáticas voltadas às necessidades de crianças, adolescentes e jovens. Em 1995 a ONU lançou o Programa Ação Mundial para Jovens e foram elaborados em 1998: o "Plano de Ação de Braga" e a "Declaração de Lisboa", respectivamente na I Conferência Mundial de Ministros de Juventude e no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas.

Em 2004 foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial, no Poder Executivo. Realizada a "Conferência Nacional de Juventude" pela Câmara dos Deputados. Lançado o Índice de Desenvolvimento da Juventude (IDJ) pela UNESCO. Ainda realizado o "Vozes Jovens" pelo Banco Mundial e o Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis promovido pela UNE. Foram criados também o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis e a Rede Nacional de Juventude (RENAJU). Apresentados na Câmara os projetos de lei do Plano Nacional de Juventude, do Estatuto dos Direitos da Juventude e da Proposta de Emenda Constitucional, que propõe a inclusão do termo "juventude" na Constituição.

Num país jovem, como o Brasil, onde, segundo dados recentes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), têm-se cerca de 50 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos, país com a maior população jovem da América Latina, os investimentos governamentais em ações direcionadas a esse público vêm crescendo consideravelmente desde os anos de 1990. A necessidade de crescimento econômico fez com que o jovem passasse a ser visto como capital humano, capaz de produzir e contribuir para o desenvolvimento social.

As duas últimas gestões no país têm promovido mudanças significativas no tratamento da temática da juventude e da relevância do tema na agenda pública. A partir da gestão do partido dos trabalhadores no Brasil intensificam-se os debates sobre a temática da juventude e em 2005 o Governo federal lança a Política Nacional de Juventude, que se materializa por meio da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa de Inclusão de Jovens (PROJOVEM / Lei nº 11.129/2005)

Dentro do governo federal, o organismo responsável por promover a integração de todas as ações, tendo como foco o público juvenil, passou a ser a Secretaria Nacional de Juventude, que também se tornou a principal referência na esfera governamental, funcionando como interlocutora com a sociedade civil e trabalhando conjuntamente com os Ministérios e Secretarias na criação de novos programas e ações.

Os processos formativos, que são utilizados como o “carro-chefe”, dos instrumentos das atuais políticas públicas voltadas para as juventudes do Brasil, têm no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) a sua principal expressão. Sua concepção pedagógica está baseada na qualificação social e profissional de jovens, que não se encontram economicamente ativos.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem foi concebido pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional. O programa pretende permitir que jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebendo qualificação profissional e tendo acesso a ações de cidadania, inserção no mundo do trabalho, esporte, cultura e lazer. Foram unificados seis programas já existentes voltados para a juventude – Agente Jovem, Projovem, Saberes da Terra, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã) e Escola de Fábrica – em um único Programa, nos termos da Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007, convertida na Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, cuja regulamentação consta do Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008. A gestão do Projovem é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e do Trabalho e Emprego. O Programa tem quatro modalidades: Projovem Urbano; Projovem Campo – Saberes da Terra; Projovem Trabalhador; e Projovem Adolescente.

O ProJovem nasce no governo Lula como uma das três principais ações no que se refere à gestão das políticas de juventude. De acordo com Soares (2008)

Citando a Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, destacamos que o ProJovem apresentou-se como um programa de caráter experimental, cujas finalidades e objetivos eram o de: proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre: a) elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; b) qualificação com certificação de formação inicial e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Como objetivos específicos, são mencionados: a) a re-inserção do jovem na escola; b) a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; c) a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e d) a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação (BRASIL, 2005, p.13, apud Soares, 2008 p.4).

O status de sujeito de direito, que vem sendo conquistado pela juventude, promoveu uma crescente atenção da sociedade para os temas relacionados ao “ser jovem”, para a formulação de políticas públicas e para o debate social.

A política de juventude na Bahia segue a trajetória nacional, desde as suas duas últimas gestões, liderada também pelo partido dos trabalhadores. Diversos foram os avanços relativos ao debate do tema juventudes e sua relevância na arena pública. Em 2007, em consonância com o PROJOVEM, o governo Estadual lança o Programa Trilha que possui os mesmos objetivos e base pedagógica semelhante ao PROJOVEM, focando suas ações na qualificação social e profissional de jovens que não se encontram ativos economicamente. Foi instituído também o Conselho Estadual de Juventude e realizada a primeira Conferência Estadual de Juventude do Estado da Bahia.

Na pesquisa Mostra Jovem, de 2010, Abramovay e Castro salientam que

o quinquênio 2005-2010 parece marcar um singular avanço no Brasil quanto ao enfoque em políticas públicas sobre juventude, como reconhecem distintas fontes (ver, entre outros: GUIMARÃES & SOUZA, 2009; ABRAMOVAY et al 2008; ABRAMO & BRANCO, 2005 e CASTRO & ABRAMOVAY, 2009). Nesse contexto, o jovem deixa de ser codificado como “o problema” – objeto de políticas limitadas ao compensatório -, ganhando verbo e ações, na perspectiva de jovens como sujeito de direitos e, mais recentemente, da noção de cidadania ativa. (Abramovay e Castro, 2010, p.21).

A ONU marcou 2010 novamente como o Ano Internacional da Juventude, consolidando o papel central dessa camada da população nos debates públicos.

Os processos formativos, ferramentas das políticas públicas, em especial aquelas voltadas para a juventude se alicerçam no eixo de formação enquanto desenvolvimento pessoal, social

e profissional, utilizando também a mudança de atitude como um elemento para a aquisição de novos comportamentos.

Conforme ressaltado anteriormente, os Projetos surgem como instrumentos de Políticas Sociais para dar uma resposta a um problema de relevância pública: estimular a continuidade da formação escolar, instrumentalizar os jovens com um aporte teórico mais voltado para o mundo do trabalho, tentar suprir as possíveis deficiências do ensino regular. Mas a questão central na presente pesquisa é: efetivamente os projetos sociais voltados para a juventude, que possuem como base processos formativos, funcionam como políticas emancipatórias ou apenas acenam com possibilidades incipientes para uma vida mais digna e uma sociedade mais justa, tendo um caráter compensatório apenas?

Analizando brevemente a escola pública brasileira na atualidade, depara-se com o sucateamento da educação. Diversos são os estudos, os relatos, as manchetes de jornal sobre fatos que alarmam quanto à qualidade de ensino nas escolas do Brasil.: alto índice de analfabetismo funcional, violência dentro das escolas, tráfico de drogas, abandono escolar, corrupção nos setores destinados ao direcionamento das verbas da educação, baixíssimo acesso à educação superior, descompasso entre a demanda e a oferta de força de trabalho, já que a qualificação existente não atende ao nível de exigência do mercado profissional.

Uma análise dos indicadores sociais brasileiros nos permite uma compreensão mais ampla acerca da pluralidade de condições vivenciadas pelos nossos jovens. Nota-se, por exemplo: uma estreita relação entre a faixa de rendimento mensal da sua família com a sua origem regional e sua cor de pele; acentuada desigualdade entre jovens brancos e negros (pretos e pardos), o que resulta em menores oportunidades sociais (educação e trabalho) para estes últimos e entre os jovens da zona rural e urbana. (AQUINO, 2009).

Dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que os 51,3 milhões de jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos representa em torno de 26,9% da população total, havendo uma desaceleração do crescimento desta população. Esse contingente populacional ainda apresenta altas taxas de fecundidade, principalmente para as mais jovens, e de mortalidade entre os homens jovens, com destaque para os homicídios. Dos 16,2 milhões de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza, ou seja, em famílias com renda mensal igual ou inferior a R\$70,00 por pessoa, 70,8% são pardos ou pretos, 50,9% tem, no máximo, 19 anos de idade e quase 60% estão no Nordeste. Esta região também

apresenta as maiores taxas de analfabetismo na população jovem, em relação a outras regiões brasileiras: 4,1 % na faixa etária dos 15 a 19 anos e 7,4 na faixa etária de 20 a 29 anos.

Ainda segundo o Censo 2010, a Bahia possui, aproximadamente, 14 milhões de pessoas, sendo 72,1% residentes da zona urbana e 27,9% da zona rural, desse total, 3,9 milhões são jovens entre 15 a 29 anos, o que representa 28% da população baiana. É o estado que aparece com a maior concentração de pessoas em extrema pobreza, 2,4 milhões tem rendimento igual ou inferior a R\$70,00, sendo a sua maioria pardos ou pretos e jovens. Cerca de cerca de 5% da PEA juvenil baiana é analfabeta, com concentração na zona rural.

Os jovens de 16 a 29 anos, considerando a população de 16 anos ou mais, representam cerca de 35,7% da população economicamente ativa (PEA) baiana, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, apresentando uma taxa de desocupação de 16,2%. Com relação ao nível de ensino, dentre os jovens baianos de 20 a 24 anos, apenas 8,5%, aproximadamente, dos jovens frequentavam o ensino superior, proporção abaixo das médias nordestinas (10,1%) e nacional (15,2%).

Com relação aos índices de violência, segundo Mapa da Violência 2011 (WASELSELFISZ, 2011), o Estado da Bahia ocupa o oitavo lugar no ranking dos estados brasileiros com as maiores taxas de homicídio e o nono lugar, considerando a população jovem, dos 15 aos 24 anos. Comparando o número de homicídios nesta população entre o período de 2007 a 2008, teve um aumento de 142%, aproximadamente. Considerando aos Índices de Vitimização Negra, no ano de 2008, morreram proporcionalmente 439,8% mais negros do que brancos e mais homens, 94,6%, do que mulheres, 5,4%. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Juvenil (Waiselfisz, 2007), o Estado da Bahia saiu da 16ª posição no ranking de Desenvolvimento Juvenil, em 2003, para a 18ª posição, dentre 45 os 27 estados federativos brasileiros, com a 6ª pior média de escolarização e a 4ª pior média de renda entre os jovens do país. Esse Relatório apresenta um amplo panorama da situação social, educacional e ocupacional da juventude no Brasil, sintetizando em um único índice a condição de vida e as possibilidades de acesso da juventude brasileira a benefícios sociais considerados básicos, como educação, saúde e renda, nas diversas unidades federadas do país.

1.3.3. O Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos

O Projeto de Formação em Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos foi formulado a partir das sugestões apresentadas pela Agenda Social para Jovens de Salvador.

A Agenda Social para Jovens de Salvador foi elaborada em 2002 pela Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia, com a participação de instituições como a Fundação Luís Eduardo Magalhães, a UNESCO, jovens participantes de entidades sociais e projetos educacionais e com o envolvimento da Prefeitura Municipal de Salvador, além de diversas organizações da sociedade civil e do setor privado. A prevenção da violência e o combate à pobreza e à exclusão social foram temas centrais desse documento que estava voltado para adolescentes e jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos e que visava também contribuir para o processo de formulação de políticas públicas voltadas para a juventude do Estado da Bahia.

Os atores construtores da Agenda Social ressaltaram a necessidade de articulação e de continuidade dos projetos voltados para os jovens e a deficiência do sistema educacional, num sentido mais amplo e discutiram algumas questões prioritárias, a saber:

- 1) Desarticulação intra e intersectorial a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas para a juventude, determinadas, entre outros, por diferentes modalidades e concepções de propostas de intervenção e adoção de diferenciadas faixas etárias para definição das políticas, limitando a realização de acordos para trabalhos conjuntos.
- 2) Formação e atuação inadequadas dos profissionais envolvidos com políticas para a juventude.
- 3) Sistema educacional deficiente, para responder às necessidades de inserção social e econômica dos jovens, considerando as oportunidades restritas de acesso, permanência e êxito escolar nos vários níveis e modalidades de ensino; falta de clareza sobre o papel social da escola e falta de preparo dos profissionais na área da Educação.
- 4) Inserção precoce dos adolescentes no mundo do trabalho, pressionados pelas dificuldades familiares impostas pelas condições financeiras e a baixa instrução e qualificação dos jovens dificultando a sua inclusão social. (Agenda Social para Jovens de Salvador, 2002, p. 2).

Diversas ações foram elencadas no sentido de amenizar as questões supracitadas e um dos frutos da Agenda social para jovens de Salvador, foi a concepção do Programa Jovens

Baianos, instituído pela Lei nº 9.511 de 3 de junho de 2005. Vale ressaltar que até hoje é o único Programa para jovens do Estado da Bahia regulado por uma Lei.

Em 2005, o Decreto nº 9.462 de 21 de junho, que regulamenta a lei acima referida, estabelecendo a finalidade do Programa, a composição e competência do Comitê Gestor, bem como as normas de organização e funcionamento do mesmo no que diz respeito à seleção, participação, permanência e desligamento dos jovens beneficiários do Programa, aos benefícios, monitoramento, avaliação e controle social.

O Programa Jovens Baianos destina-se a jovens com idade entre 16 (dezesesseis) e 24 (vinte e quatro) anos, que atendam aos seguintes requisitos:

- I - sejam oriundos de famílias cuja renda mensal per capita não ultrapasse ½ salário mínimo;
- II - estejam matriculados em escola pública, no ensino fundamental ou médio;
- III - não estejam fazendo estágio regular, nem tenham emprego, mesmo informal;
- IV - não estejam participando de nenhum outro programa governamental para a juventude que vise à concessão de auxílio financeiro.

O objetivo principal do Programa Jovens Baianos:

é a execução de ações integradas voltadas para o desenvolvimento dos jovens, propiciando-lhes oportunidades de acesso e permanência na escola, de inclusão sócio-produtiva e de desenvolvimento comunitário com práticas de cunho pedagógico, social, cultural, recreativo e esportivo, nas escolas, nas instituições sociais e na realidade local. (Decreto nº 9.462 de 21 de junho de 2005).

Atualmente participam do Programa 11 mil jovens de diversos municípios baianos. Diversas são as ações que integram o Programa Jovens Baianos, em suas vertentes rural e urbana, dentre elas, destacam-se:

- Projeto Educar para construir – está em execução desde 2007 e promove qualificação na área da construção civil. É uma parceria da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes) com a ONG Cooperação para o Desenvolvimento e Moradia Humana (CDM) e capacitou para o mercado de trabalho cerca de 800 jovens e inseriu 70% dos participantes no mercado de trabalho.

- TV Pelourinho - O projeto é uma parceria da ONG Ação pela Cidadania com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), através do Programa Jovens Baianos, e Associação dos Moradores do Centro Histórico (Amach), com apoio do Instituto de Radio-Difusão do Estado da Bahia (Irdeb). O objetivo do Projeto é promover uma formação na área cultural e possibilitar aos jovens o aprendizado de todos os processos de uma produção audiovisual desde criação, roteiro, filmagem, edição, e também web design. "55% dos jovens que passam pela TV Pelourinho estão atuando na área", segundo dados da SEDES.
- Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário.

A Fundação Luís Eduardo Magalhães¹ (FLEM) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), iniciou em julho de 2006 a operacionalização e implementação do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário em vinte escolas da rede estadual de ensino do Estado da Bahia.

O objetivo geral do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário consistia em contribuir com a mudança de atitude do jovem em relação a si mesmo e às suas relações sociais, possibilitando aos mesmos a oportunidade de desenvolver habilidades e competências capazes de modificar o ambiente familiar, escolar e comunitário. Esses jovens estavam sendo formados para atuarem como Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADCs), protagonistas de ações sociais transformadoras, potencializando sua capacidade de articulação e mobilização participativa da sociedade civil, visando ao atendimento das demandas sociais locais.

O Projeto tinha como objetivos específicos:

1. Garantir a estrutura física adequada e equipe técnica instrumentalizada para execução do projeto;

¹ A Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM) – Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública, criada em 1999, é uma instituição jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública e qualificada como Organização Social e tem por finalidade apoiar e executar projetos e atividades nas áreas de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, de modernização da gestão e dos serviços públicos, bem como de promover o intercâmbio de experiências organizacionais e de administração entre instituições públicas e privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras.

2. Implementar metodologia inovadora de formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC), com a participação de jovens na concepção, elaboração, gestão e avaliação do projeto;
3. Estimular o empoderamento dos jovens, fortalecendo sua identidade individual e coletiva, e desenvolvendo competências fundamentais para sua efetiva atuação na comunidade.
4. Fortalecer a rede de apoio ao desenvolvimento dos jovens, formada por escola, família e comunidade.
5. Desenvolver instrumentos para apoiar a gestão, o monitoramento e a avaliação contínua do projeto, facilitando a consolidação e divulgação de informações.

Geograficamente o Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário foi aplicado em vinte escolas do município de Salvador da rede estadual de ensino público da Bahia, em diversas comunidades. Essas escolas foram agrupadas por pólos geográficos.

O projeto possuía carga-horária de 576 horas e foi estruturado em três etapas de formação sócio-educativa: Mobilização Social, Etapa Teórico-Vivencial e Intervenção na Comunidade:

A etapa de mobilização social consistiu numa preparação e aconteceu no início do desenvolvimento do projeto e teve como objetivo fazer um diagnóstico local, levantando dados sobre a caracterização geral da comunidade.

No momento teórico vivencial, os jovens participaram de 88 oficinas que contemplavam temas transversais como autoconhecimento, escola, cultura de paz, elaboração de projetos, dentre outros. Essa etapa foi dividida em módulos temáticos: 1. Integração, 2. Desenvolvimento Pessoal e Social, 3. Desenvolvimento Comunitário, 4. Plano de Vida e Carreira e 5. Plano de ação Piloto.

As ações foram desenvolvidas junto aos jovens participantes por facilitadores também jovens, que foram selecionados dentro da rede de articulação voltada para o trabalho social com as juventudes da Bahia e que haviam participado de algum projeto ou movimento social. O processo seletivo foi construído em parceria com uma instituição de ensino superior, por meio do seu núcleo de psicologia organizacional, que deu suporte na formatação da seleção e na realização das entrevistas, bem como na avaliação psicológica realizada.

Os facilitadores tinham encontros diários com suas turmas, com carga-horária de 4 horas e ao fim de cada semana se reuniam com seus coordenadores e grupos de trabalho a fim de avaliar as ações desenvolvidas. A fase final dessa etapa consistia na elaboração de um plano de Intervenção na Comunidade.

A terceira etapa denominada Intervenção na Comunidade foi composta por duas fases:

1. Execução do plano de ação (onde os jovens implementavam, em suas comunidades, o projeto que haviam construído nos subgrupos de suas turmas), e
2. Avaliação Final do projeto. Nesta fase os jovens, em colaboração com os demais atores envolvidos no projeto, avaliaram as ações realizadas e os resultados alcançados no decorrer do processo.

Os grupos de jovens realizaram 148 planos de ação. Os temas centrais escolhidos pelos jovens foram: Cidadania, Direitos Humanos, Educação, Empreendedorismo, Geração de Trabalho e Renda, Lazer e Esporte, Revitalização do Espaço Físico e Saúde. A dinâmica do Plano de ação consistia no desenvolvimento de atividades como: oficinas, debates, leitura de textos, mutirão de limpeza, concurso de poesias, brinquedotecas, bibliotecas comunitárias, incentivo à arte do grafite e ao rap, elaboração de jornal, dentre outras.

A formação foi conduzida através de um Manual de Orientações Metodológicas, intitulado “NA TEIA”.

O título partiu “da concepção da construção coletiva, do ato de tecer em conjunto, de reconstrução contínua, da idéia de rede, de estar dentro, de pertencer, de estar integrado, de partes que se unem formando um todo, fazendo uma alusão aos diversos parceiros presentes nesta caminhada e aos seus respectivos saberes. No que tange a formação pessoal e social do jovem o “trabalho da tecelagem” também sugere a analogia com a prática de tecer a sua própria história, fio por fio, linha por linha, refletir e desatar nós, ser perceber na “dinâmica do tecido produzido”, analisar os caminhos que os seres humanos percorrem na construção de seu cotidiano, da sua comunidade, da sociedade e de seu país, buscando apresentar as ferramentas para o processo de tecer novas formas de relações para a construção de um mundo novo.” (FLEM, 2006, p. 28).

A base pedagógica do projeto, de acordo com o capítulo introdutório do Manual Na Teia era educar para a cidadania que consiste em:

(...) educar para o reconhecimento da condição de direitos e deveres, independente de credo, raça, nação ou estado social. É também educar para reconhecer e respeitar as diferenças no plano individual, combater os preconceitos, as discriminações, as

ofensivas barbaridades e privilégios no plano social” (Balestreri, 1992, apud FLEM 2006, p. 32).

Ao fim de cada mês os jovens recebiam uma bolsa auxílio mediante a comprovação de frequência nas atividades do Projeto e da escola. Eles tinham direito ainda a um vale-lanche diário e ao fardamento.

O Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADCs) do Programa Jovens Baianos pretendia "estimular o empoderamento dos jovens, fortalecendo sua identidade individual e coletiva, desenvolvendo competências fundamentais para sua efetiva atuação na comunidade" (FLEM, 2006, p. 37).

A Fundação Luís Eduardo Magalhães destacou como diferenciais da sua metodologia:

- a formação de equipe multidisciplinar – participação de profissionais de diferentes áreas e experiências, na composição da equipe do Projeto, permitindo análises sistêmicas sobre as diversas demandas;
- a educação de jovem para jovem – identificação de lideranças jovens, com ampla capacidade de mobilização social, para atuarem como facilitadores do processo de desenvolvimento dos jovens beneficiários, sendo para esses uma referência. Parte-se do pressuposto de que existem lideranças jovens aptas a assumirem este desafio, egressos da escola pública e de outros projetos sociais, que tenham vivência em algum movimento social e com experiência em trabalhos com comunidades e jovens, principalmente como “oficineiro” ou palestrante de temáticas sociais,
- a atuação no espaço físico da escola - ressignificação da percepção do jovem sobre a sua escola;
- a elaboração de um Manual de Orientações Metodológicas, contemplando módulos e temas que são trabalhados no processo de capacitação dos jovens, com uma breve introdução teórica e sugestão de atividades para o desenvolvimento de tais módulos;
- a integração da escola com o seu entorno comunitário – ressignificação da função social da escola no ambiente em que está inserida;
- a atuação do jovem como protagonista de iniciativas socioculturais na sua escola e entorno comunitário.
- a concepção da avaliação como instrumento de gestão - monitoramento constante das ações do Projeto, análise dos resultados previstos e alcançados, subsidiando a tomada de decisões e o aprimoramento constante dos processos;
- a concepção de um sistema gerencial de informações – as informações sobre o Projeto são atualizadas, registradas, em tempo real, em um único banco de dados, e disponibilizadas para toda a equipe executora, reduzindo a margem de erro na consolidação das informações (confiabilidade). (FLEM, 2006, p. 12)

O Projeto foi concebido contando com uma sistemática de Monitoramento e Avaliação (M&A) que definiu os processos e os indicadores de avaliação, os instrumentos de coleta e análise de dados e norteou a criação do Sistema de Informações do Projeto, possibilitando a gestão das ações implementadas por meio do mesmo.

O referencial teórico utilizado sobre o conceito de avaliação foi o da Avaliação com Foco na Utilização, criado por Michael Quinn Patton, que parte da premissa de que as avaliações deveriam ser julgadas pela sua utilidade e real uso. Desta forma todo o trabalho deve ter como foco o futuro uso das informações coletadas, para evitar o acúmulo de dados que não contribuam para tomadas de decisão quanto ao andamento do projeto e alternativas para melhoria de seu desempenho, incluindo também o conceito de avaliação participativa como aquela construída e implementada pela equipe técnica responsável pela execução do projeto, tendo por vezes a participação dos beneficiários.

A avaliação da eficácia foi realizada a partir do monitoramento e avaliação contínuos das atividades do Projeto. Seu foco estava no Projeto como um todo, conforme o Modelo Lógico de Gestão construído pela equipe executora. Foram analisados o processo de implementação das atividades e a realização de seus respectivos produtos, avaliando o grau de cumprimento e alcance das metas e objetivos propostos pelo Projeto a partir de indicadores previamente estabelecidos. A abrangência dessa avaliação incluiu: 5 objetivos específicos, 17 ações e 61 atividades

A avaliação da efetividade foi realizada a partir da análise do grau de desenvolvimento de competências nos jovens e nos facilitadores participantes do Projeto. Seu foco estava nos resultados do Projeto (impactos de curto prazo) nos jovens participantes e nos jovens Facilitadores.

Os dados para essa avaliação foram coletados diretamente com os jovens participantes e com os jovens facilitadores através dos seguintes instrumentos: questionários de avaliação do perfil de entrada e de saída dos jovens; inventários de autopercepção dos facilitadores na entrada e saída do Projeto; fichas de observação do perfil dos jovens no início e no final do Projeto; fichas de observação dos facilitadores no início e no final do Projeto; grupo Focal realizado com os jovens participantes; grupo focal realizado com os dirigentes escolares.

O relatório analítico disponibilizado pela Fundação Luís Eduardo Magalhães integrou o Relatório IX do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADCs)

do Programa Jovens Baianos, apresentando os resultados de forma analítica, decorrentes da avaliação do grau de eficácia e de efetividade da implantação do Projeto.

Na análise da eficácia foram descritos, detalhadamente, 148 indicadores quantitativos, bem como 66 informações qualitativas, todos extraídos do Modelo Lógico de Gestão, obtidos a partir do monitoramento dos objetivos propostos pelo Projeto.

Como “marco zero” do Projeto, os jovens realizaram uma auto-avaliação das competências consideradas fundamentais em um agente de desenvolvimento comunitário, respondendo a um perfil de entrada. No final do Projeto, eles responderam novamente a esse mesmo instrumento a fim de analisar a contribuição do Projeto no desenvolvimento dessas competências e, assim, verificar o alcance do seu objetivo.

O questionário utilizado como perfil de entrada e de saída dos jovens era composto por 19 perguntas, divididas em 5 de conhecimentos, 5 de habilidades e 9 de atitudes, essas se desdobravam em três opções de resposta, com sinalizações do grau de desenvolvimento da competência (baixo, médio e alto).

Em novembro de 2006, 778 jovens responderam ao questionário do perfil de entrada, durante a Etapa de Mobilização da Formação. Já o de saída foi aplicado a 749 alunos, no período de 24 de setembro a 11 de outubro de 2007, no final da Etapa Intervenção na Comunidade.

De acordo com o relatório analítico:

“os resultados encontrados mostraram que a maioria classificou com nível alto 68% de suas competências e, com nível médio, 32%. Os conhecimentos foram classificados com o grau de competência médio, com exceção de "Elaboração de Projeto de Atuação na Comunidade" (C2), que foi classificado com grau alto no perfil de saída, e "Desenvolvimento Comunitário" (C3), que foi classificado com grau alto tanto no perfil de entrada quanto no perfil de saída, havendo um aumento de 10% na quantidade de jovens que se auto-avaliaram com um alto índice de conhecimento nesse item. Já as habilidades e as atitudes foram sinalizadas pelos alunos com nível alto de desenvolvimento, com exceção das seguintes competências, que apresentaram grau médio: "Enfrentamento de Problemas" (H1); "Assumir Riscos" (A2); "Engajamento na Comunidade" (A5)” (FLEM, 2007, p.98).

A Figura 1 abaixo evidencia a distribuição das competências no perfil de entrada e saída dos jovens, de acordo com os conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados.

Figura 1: Distribuição das Competências do Perfil de Entrada e Saída dos Jovens.

Distribuição das Competências do Perfil de Entrada e Saída dos Jovens									
Competências Avaliadas		Entrada				Saída			
		NR*	Baixo	Médio	Alto	NR*	Baixo	Médio	Alto
Conhecimentos	C1: História e Identidade da Comunidade	1,00%	7,50%	66,30%	25,20%	0,80%	5,60%	52,50%	41,10%
	C2: Elaboração de Projeto de Atuação na Comunidade	0,30%	16,50%	70,30%	13,00%	1,20%	4,70%	45,30%	48,90%
	C3: Desenvolvimento Comunitário	0,00%	10,70%	23,40%	65,90%	0,70%	5,60%	17,60%	76,10%
	C4: Técnicas de Mobilização Comunitária	0,90%	33,80%	52,30%	13,00%	0,50%	13,20%	57,00%	29,20%
	C5: Políticas Públicas Voltadas para a Juventude	1,30%	17,10%	57,20%	24,40%	2,00%	6,40%	50,30%	41,30%
Habilidades	H1: Enfrentamento de Problemas	0,60%	10,30%	48,10%	41,00%	0,30%	7,10%	49,50%	43,10%
	H2: Tomada de Decisão	0,40%	21,30%	31,10%	47,20%	0,50%	16,30%	27,20%	55,90%
	H3: Liderança	0,50%	21,50%	17,90%	60,20%	1,20%	13,60%	16,20%	69,00%
	H4: Organização	0,90%	6,80%	17,50%	74,80%	0,40%	6,10%	17,80%	75,70%
	H5: Relacionamento Interpessoal	0,50%	15,90%	32,50%	51,00%	0,90%	12,00%	29,40%	57,70%
Atitudes	A1: Proatividade	1,20%	1,90%	24,70%	72,20%	2,00%	1,50%	21,80%	74,80%
	A2: Assumir Riscos	0,90%	36,60%	47,00%	15,40%	1,10%	21,80%	53,10%	24,00%
	A3: Determinação	0,90%	2,40%	19,30%	77,40%	0,80%	2,70%	18,70%	77,80%
	A4: Autocuidado	0,10%	1,80%	20,40%	77,60%	0,50%	0,90%	15,00%	83,60%
	A5: Engajamento na Comunidade	0,80%	20,10%	55,90%	23,30%	2,00%	13,80%	57,10%	27,10%
	A6: Cidadania	0,50%	4,90%	11,80%	82,80%	1,10%	4,50%	11,20%	83,20%
	A7: Relação com a Escola	0,50%	3,60%	7,10%	88,80%	0,70%	3,90%	6,40%	89,10%
	A8: Relação com a Família	0,50%	9,10%	30,50%	59,90%	0,80%	10,50%	31,20%	57,40%
	A9: Jovem como Agente de Transformação	0,80%	0,80%	47,00%	51,40%	1,10%	1,10%	39,30%	58,60%

* NR = Não Respondeu

Fonte: Fundação Luís Eduardo Magalhães, Relatório Analítico, 2007.

Segundo dados do relatório, ao comparar o perfil de entrada com o de saída, observa-se que, em média, o percentual de alunos que se consideraram com um alto nível de competência aumentou: mais no conhecimento, com um percentual médio de 19%, depois na habilidade, com um aumento médio de 5,5% e, por último, na atitude, com 3%. De acordo com relatório analítico do Projeto, “estes índices corroboram a tese de que, para o desenvolvimento de uma competência, primeiro se reforça o conhecimento (desenvolvimento cognitivo), depois a

habilidade (saber fazer) e, por último, as atitudes (saber ser e saber conviver indicam o que interiormente estamos dispostos a fazer). Essas últimas necessitam de um tempo maior para o seu estabelecimento”.

Comparando os dados de 709 jovens que tiveram as duas fichas de observações preenchidas – entrada e saída –, verificou-se que, em todas as competências avaliadas, os valores médios de saída foram maiores estatisticamente que os de entrada, ao nível de 5%. Este resultado mostra que o Projeto teve um impacto positivo no desenvolvimento de competências desses jovens, propiciando-lhes maiores chances de conquistas futuras. Os maiores desenvolvimentos dos jovens, considerando a diferença entre o perfil de entrada e de saída, foram nas competências: Liderança; Organização; Determinação e Engajamento na Comunidade.

Dois anos após a conclusão do projeto a Fundação Luís Eduardo Magalhães contratou um grupo de consultores do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude, Identidade, Cidadania e Cultura (NPEJI) da Universidade Católica de Salvador para realizar uma avaliação externa do Projeto de Formação de Agentes de desenvolvimento comunitário. Os pesquisadores realizaram uma investigação documental e produziram um relatório de avaliação externa. Esse estudo será utilizado no presente trabalho como um elemento de análise, colaborando para uma percepção mais ampliada do objeto pesquisado.

Em linhas gerais, o grupo de consultores concluiu que os princípios norteadores poderiam ter sido mais aprofundados, incluindo um eixo temático formado pelos conceitos e funções sociais de instituições e categorias como Família, Estado e Sociedade, considerando estes como pilares das construções de políticas públicas. Sugeriram ainda que os blocos temáticos fossem divididos em obrigatórios e livres, visando abranger a possibilidade de escolha dos jovens para além da grade básica de conteúdos. Em se tratando do referencial teórico, os consultores criticaram algumas escolhas conceituais, sugerindo a incorporação de temas e visões mais atuais acerca dos módulos trabalhados. Essa ampliação conceitual deveria ser ainda estendida à formação do grupo de facilitadores, contando com a parceria de instituições de ensino e pesquisa com o objetivo de minimizar custos financeiros e ampliar a rede colaborativa.

Os consultores questionaram também a definição do termo agente de desenvolvimento comunitário utilizado pelo Projeto, uma delimitação mais clara das funções e atribuições dos agentes no entorno comunitário e o alcance de suas ações. Para sanar tal entrave, o grupo sugeriu que fossem estabelecidas parcerias com agências de fomento à pesquisa, criando uma

linha de comunicação na concessão de bolsas de iniciação científica, para que o conceito de desenvolvimento comunitário fosse melhor explorado, numa atividade que significaria o enriquecimento do currículo dos jovens participantes do Projeto, contribuindo ainda com um aporte de recurso financeiro extra para os mesmos.

Em relação ao Manual de Orientações Metodológicas – Na teia, os consultores criticaram as dinâmicas de grupo e os textos, considerando que os mesmos não demonstravam uma preocupação técnica-metodológica clara sobre como atuar no desenvolvimento comunitário. E citaram como exemplo exatamente a habilidade número 4 (estimular, pós-projeto, a criação e o fortalecimento de redes como movimentos sociais e associações) indicando que a mesma não foi considerada na formulação do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário. Nesse aspecto criticaram também a utilização constante dos mesmos autores para conceituar e categorizar assuntos diferentes, tais como: grupo, mobilização, comunicação, cidadania e Estado.

Sobre o desenho da formação, os consultores levantaram necessidades relativas ao redimensionamento das etapas e à distribuição temporal de cada uma delas, enfatizando que ficou aquém da efetividade dos objetivos específicos. Segundo eles, parte-se do princípio que uma formação de agente de desenvolvimento comunitário preza pela oportunidade de oferecer um conhecimento prático ao seu público-alvo, sobretudo, quando se coloca como diretrizes as fases Teórico-vivencial e de Intervenção na Sociedade. Os mesmos consideraram que talvez fosse mais adequado e eficiente uma maior disponibilidade para a aplicação dos planos de ação no entorno comunitário, o que favoreceria inclusive o feedback das redes de vizinhança, das culturas juvenis locais e das redes formadas a partir das articulações previstas pelo Projeto.

No que diz respeito à sistemática de monitoramento e avaliação utilizada no Projeto, os consultores consideraram que apesar de já constituir um aspecto de gestão democrática a elaboração coletiva do Manual de orientações por secretarias de governo, coordenadores do Projeto, uma assistente social e jovens facilitadores, não foram consideradas demandas locais de Conferências de Juventude promovidas ao longo de 2007 e 2008. E ainda:

A avaliação processual dos jovens ADCs não seguiu os objetivos do Manual Orientador, ou seja, se o objetivo do Projeto era fazer com que os ADCs incorporassem as temáticas do Manual, não houve preocupação em saber se eles incorporaram ou não. As avaliações não deveriam reduzir-se às avaliações de perfil

e competência, mas sim serem ampliadas para avaliações de conteúdo e embasamento teórico.

Para eles houve uma continuidade avaliativa importante, porém, o norte que se deu a ela, não conseguiu demonstrar realmente as falhas e os acertos do programa.

Por fim, o grupo de consultores do NPEJI, concluiu que:

Acredita-se então que não todos os impactos esperados pelo Projeto puderam ser avaliados, em que se observa: 1. Contribuição para a melhoria da condição de vida da comunidade; 2. Desenvolvimento das Comunidades envolvidas no Projeto e 3. Políticas Públicas para a juventude, desenvolvidas e implementadas de forma participativa. Vale a ressalva de que tais impactos pertencem a um projeto de dimensões macro, ou seja, não cabe a um projeto social local e focalizado, a aglutinação de setores sociais da proteção básica, tais como: saúde, educação, assistência social, segurança pública, geração de emprego e renda e gestão público-democrática das ações e programas que se propõem a ofertar tais serviços. (FLEM, Relatório Avaliação Externa, 2009, p.58).

A avaliação externa realizada pelo NPEJI/UCSAL foi um material rico para a construção do presente estudo, contribuindo com uma visão contextualizada de um grupo que é voltado especificamente para a pesquisa científica.

ESCOLHENDO CAMINHOS

Para Santos (2008), vivemos um tempo de perguntas fortes e respostas fracas.

As perguntas fortes dirigem-se não só às nossas opções de vida individual e coletiva, mas, sobretudo às fundações que criam o horizonte de possibilidades entre as quais é possível escolher. São, portanto, questões que provocam um tipo particular de perplexidade. As respostas fracas são aquelas que procuram responder sem pôr em causa o horizonte de possibilidades, imaginando nele virtualidades para esgotar o campo das perguntas e das respostas possíveis ou legítimas. Mas precisamente porque o questionamento dessa virtualidade está na raiz das perguntas fortes, as respostas fracas não atenuam a perplexidade que estas suscitam, podendo, pelo contrário, aumentá-la. (Santos, 2008, p.3)

A afirmação de Santos (2008) nos faz pensar sobre o reducionismo de algumas posturas científicas no intuito de explicar os fatos da vida.

A pesquisa em ciências sociais prima por compreender os fatos e não apenas explicá-los. Além disso, o homem estuda e explica a si mesmo e não a um objeto externo a ele. Ainda assim os princípios da cientificidade são mantidos, sendo sua base o modelo das ciências naturais.

Para Bourdieu (2001) nada é mais universalizável que as dificuldades. A atividade de investigar supõe a descoberta, o aprendizado, o novo, portanto os percalços do caminho fazem parte da dinâmica do pesquisador. Lembrando o conto² de matriz africana sobre o espelho da

²Conta-se, na tradição oral de matriz africana, que no princípio havia uma única verdade no mundo. Entre o Orun (mundo invisível, espiritual) e o Aiyê (mundo natural) existia um grande espelho. Assim, tudo que estava no Orun se materializava e se mostrava no Aiyê. Ou seja, tudo que estava no mundo espiritual se refletia exatamente no mundo material. Ninguém tinha a menor dúvida em considerar todos os acontecimentos como verdades. E todo cuidado era pouco para não se quebrar o espelho da Verdade, que ficava bem perto do Orun e bem perto do Aiyê. Neste tempo, vivia no Aiyê uma jovem chamada Mahura, que trabalhava muito, ajudando sua mãe. Ela passava dias inteiros a pilar inhame. Um dia, sem querer, perdeu o controle do movimento ritmado que repetia sem parar e a mão do pilão tocou forte no espelho, que, então, espatifou-se pelo mundo. Desesperada, Mahura correu para se desculpar com Olorum, o Deus Supremo. Qual não foi a surpresa da jovem quando encontrou Olorum calmamente deitado à sombra de um iroko (planta sagrada, guardiã dos terreiros). Olorum ouviu as desculpas de Mahura com toda a atenção, e declarou que, devido à quebra do espelho, a partir daquele dia não haveria mais uma verdade única para se observar, mas várias possibilidades de observação da verdade. E concluiu Olorum: “De hoje em diante, quem encontrar um pedaço de espelho, em qualquer parte do mundo, já pode saber que está encontrando apenas uma parte da verdade, porque o espelho reflete sempre a imagem do lugar onde ele se encontra”.

verdade, essa reflexão nos remete à afirmação de Weber (1993) “a realidade pode ser apreendida por diversos ângulos, mas jamais em sua essência”.

Reforça-se então o caráter qualitativo dessa pesquisa, que tem como intenção revelar os significados, sentidos, impressões dos jovens concluintes após a participação no Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, entendendo ainda como essa percepção pode contribuir para a formulação de projetos mais efetivos para as juventudes da Bahia.

A pesquisa foi realizada em três etapas:

- 1) fase exploratória, que consistiu na elaboração do projeto de pesquisa e dos procedimentos necessários para a próxima etapa;
- 2) trabalho de campo, que consistiu na realização dos levantamentos dos dados empíricos, a partir do referencial teórico elaborado na etapa anterior,
- 3) análise e tratamento do material empírico e documental, que consistiu no conjunto de procedimentos, analisar e interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria, confrontar com a hipótese e aportar novos conhecimentos sobre a realidade social pesquisada (MINAYO, 2010).

2.1 FASE EXPLORATÓRIA

Inicialmente, foi elaborada uma matriz de pesquisa a fim de organizar o cronograma de trabalho e o método de investigação. Foram elencados conceitos e realizada a revisão bibliográfica dos mesmos. O material compilado foi avaliado e criou-se o planejamento de estudo através de um mapa conceitual, no qual os temas, seus desdobramentos e relações foram analisados. Através dessa análise chegou-se ao roteiro da entrevista semi-estruturada.

O recorte definido para a pesquisa foram os jovens concluintes do Projeto de Formação em Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, distribuídos nos quatro pólos de atuação do Projeto.

É importante ressaltar que inicialmente pensou-se num método quali-quantitativo, uma triangulação, a fim de se obter uma visão ampla da percepção dos jovens. Seria realizado um

survey e os dados coletados fariam parte da análise junto com as informações qualitativas coletadas. Infelizmente o banco de dados disponibilizado pela Fundação Luís Eduardo Magalhães estava desatualizado e as tentativas de localizar os jovens concluintes não foram exitosas, os números de telefones bem como endereços já não eram os mesmos. Constatou-se a impossibilidade de realizar a aplicação de questionários, já que a amostra para que fossem representativos, não foi obtida. Tendo em vista o principal objetivo do trabalho que é avaliar a percepção dos jovens e, portanto, mergulhar num universo mais subjetivo, foi definida a utilização da entrevista individual semi-estruturada.

Foi obtida uma amostra através dos facilitadores que atuaram no Projeto e que ainda possuíam contato com os jovens concluintes ou residiam nas mesmas comunidades que estes.

A entrevista individual semi-estruturada foi utilizada para a obtenção dos dados acerca da percepção dos jovens concluintes. Para a Haguette (2005), a entrevista é definida como “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.” (HAGUETTE, 2005, p. 86)

Com base na análise documental e nos objetivos específicos do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário foram definidos aspectos de investigação e questões relativas a esses aspectos a fim de responder o problema da pesquisa e confirmar ou refutar as hipóteses, conforme o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Roteiro de Perguntas.

ASPECTO	SUGESTÃO DE PERGUNTAS
Auto-estima	<ul style="list-style-type: none"> • Questão 1: Quais as características lhe definem? • Questão 2: Você é feliz? Porque? • Questão 3: Se eu perguntasse às pessoas que lhe conhecem quais as suas características, o que você acha que elas diriam? Qual a imagem que você acha que passa?
Família	<ul style="list-style-type: none"> • Questão 1: Como é a sua família? • Questão 2: Como você se sente na sua família? • Questão 3: Qual o papel que você tem na sua família?
Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Questão 1: Como é ou era a sua frequência escolar? Assiduidade e pontualidade. • Questão 2: Como é ou era o seu rendimento escolar? Já perdeu algum ano? • Questão 3: Você participou de alguma intervenção ou iniciativa

	coletiva na sua escola?
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Questão 1: Como você descreve a sua comunidade? • Questão 2: Como você se sente na sua comunidade? • Questão 3: Você participa ou participou de alguma intervenção na sua comunidade?
Participação no PJB	<ul style="list-style-type: none"> • Questão 1: Como foi participar do Projeto Jovens Baianos? • Questão 2: Como era a sua participação no PJB? • Questão 3: Você percebe alguma diferença em você antes de participar e depois? Qual? • Questão 4: Que sugestão você daria para melhorar o PJB?

Fonte: Elaboração própria

2.2 TRABALHO DE CAMPO

A etapa de campo foi iniciada com a análise minuciosa de documentos relacionados ao Programa Jovens Baianos, e mais especificamente ao Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário. Utilizou-se os documentos de gestão do Projeto e a avaliação externa realizada por consultores do Núcleo de Pesquisa da Universidade Católica do Salvador, conforme o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Documentos Analisados.

Nº	DOCUMENTO
01	Lei nº 9.511 de 3 de junho de 2005, que institui o Programa Jovens Baianos.
02	Decreto nº 9.462 de 21 de junho de 2005, que regulamenta a Lei nº 9.511
03	Revista Jovem Gera Ação, peça de divulgação do Governo, que reúne informações gerais sobre os principais programas e projetos voltados para a juventude.
04	Na Teia – Manual de Orientação Metodológica. Salvador: FLEM, 2007. Fundação Luís Eduardo Magalhães – FLEM. Programa Jovens Baianos. Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário.
05	Relatório II. 2007. FLEM, 2007. Fundação Luís Eduardo Magalhães – FLEM. Programa Jovens Baianos. Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário
06	Relatório IX - Resultados Sintéticos. Salvador: FLEM, 2007. Fundação Luís Eduardo Magalhães – FLEM. Programa Jovens Baianos. Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário
07	Relatório IX - Resultados Analíticos. Salvador: FLEM, 2007. Fundação Luís Eduardo Magalhães – FLEM. Programa Jovens Baianos. Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário
08	Avaliação Externa do Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, 2009..

Fonte: Elaboração própria

Como fonte primária, utilizou-se como instrumento de pesquisa entrevistas semi-estruturadas, com roteiro sugestivo de perguntas pré-elaborado, que serviu como referência na relação diáde estabelecida, sendo privilegiadas as falas dos entrevistados acerca do que significou a sua participação no Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos.

Optou-se por uma amostra não-probabilística por conveniência, trabalhando com os jovens que se conseguiu contato mais facilmente através de outros jovens ou dos facilitadores que haviam trabalhado com os mesmos, já que a desatualização do cadastro limitou as possibilidades de contato com os jovens concluintes. Foram entrevistados 23 jovens, distribuídos nos quatro pólos de atuação do projeto, residentes em oito comunidades do município de Salvador: Boca do Rio, Bom Juá, Cajazeiras VI, Engenho Velho de Brotas, Engomadeira, Fazenda Grande do Retiro, São Gonçalo, Paripe.

As entrevistas foram realizadas em local definido pelos jovens, gravadas e transcritas, com a autorização verbal dos mesmos. Ainda que não tenha sido uma exigência dos mesmos, a identidade de todos os jovens foi preservada. Os jovens foram inicialmente contatados por telefone, momento em que a pesquisadora se apresentava, falava da sua pesquisa, da importância da mesma e verificava o interesse do jovem em ser entrevistado, logo em seguida era agendada a entrevista. Ao iniciar sua interação empírica presencial, a fim de criar um clima de confiança na entrevista, a pesquisadora adotou os procedimentos indicados por Minayo (2010):

- apresentação – para iniciar o diálogo, a entrevistadora falava o seu nome e apresentava o mestrado;
- menção do interesse da pesquisa – em seguida discorria a pesquisa em linhas gerais, seu objetivo e colocando a importância da entrevista;
- justificativa da escolha do entrevistado – era explicado ao entrevistado o recorte da pesquisa e o porque da sua seleção para a conversa;
- garantia do anonimato e do sigilo – era assegurado que as suas falas não seriam identificadas, sendo que o que importava era a mensagem e não o nome do transmissor;
- solicitação de consentimento para gravação e transcrição da entrevista – era solicitada a gravação e a transcrição das entrevistas e as mesmas só se efetivam após consentimento verbal dos jovens entrevistados;

Ainda com relação ao trabalho de campo, destacam-se algumas considerações éticas: 1- foi assegurada a autonomia e a participação voluntária dos jovens, que eram convidados a dar entrevista, podendo ser declinada a qualquer momento; 2- a pesquisadora respondeu todas as perguntas e dúvidas relativas à pesquisa; 3- todos os entrevistados consentiram na transcrição e no uso das suas falas, havendo um acordo para que as mesmas não fossem identificadas; 4- todas as falas foram transcritas integralmente, com a correção apenas de ortografia quando era necessário.

É importante ressaltar que a investigação dos contatos dos jovens concluintes foi um processo árduo. A desatualização do banco de dados, constatada após diversas tentativas de contato telefônico mal-sucedidas, foi um fator de desgaste que gerou na pesquisadora certo desânimo. Quando a estratégia de busca foi modificada, e os jovens foram localizados por meio da proximidade com o grupo de facilitadores que atuou no Projeto, das redes sociais, o principal entrave foi conciliar as agendas.

Vale enfatizar que as comunidades em que os jovens concluintes residem são consideradas áreas de vulnerabilidade social e em algumas delas o acesso foi complicado. Em duas ocasiões a segurança pessoal da pesquisadora foi ameaçada, influenciando assim (após esses incidentes) na tranquilidade da condução do processo investigativo. Não é fácil continuar realizando entrevistas com receio, temendo pela própria integridade física.

Por vezes os jovens confirmavam as entrevistas e no horário pré-agendado não estavam presentes, conforme o combinado. Esse fato, além de enorme frustração, gerou também sucessivas visitas aos mesmos locais impactando nos custos e comprometendo, por vezes, a agenda estabelecida.

É importante ressaltar ainda a efusividade com que os jovens concluintes recebiam a pesquisadora, expressando sua alegria em participar das entrevistas, buscando informações sobre os colegas com os quais haviam perdido contato, sobre os facilitadores e os coordenadores de campo e principalmente questionando acerca de outras iniciativas como as do Projeto, enfatizando a importância do mesmo no seu desenvolvimento pessoal e social.

2.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise das entrevistas foi indutiva, recursiva, ou seja, realizada durante e após a realização das mesmas, e com foco no seu significado, sendo explorado o conjunto de opiniões sobre a participação dos jovens no Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, para tanto, utilizou-se como estratégia a análise de discurso.

As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas e, a partir de uma leitura flutuante buscou-se ter uma visão do conjunto das entrevistas, percebendo as particularidades. A análise de discurso trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto. Pretende-se analisar o significado para aquele sujeito. Ainda que o Projeto de formação tivesse estabelecido competências e as avaliações tenham apontado para a consolidação das mesmas após o processo formativo, o estudo pretende investigar se pra cada um dos jovens participantes esse desenvolvimento foi percebido e caso tenha sido percebido, de que forma eles enxergavam esse processo. Para cada uma dessas categorias foram levantadas as ideias e as crenças dos jovens, destacando tanto as homogeneidades, quanto as divergências nas falas. Posteriormente, por meio de inferências, foram identificados os núcleos de sentidos e seus macro temas, que foram confrontados com conceitos teóricos orientadores da pesquisa.

Ressalta-se que para ilustrar as ideias explicitadas pelos jovens em cada categoria de análise, foram identificadas as falas mais emblemáticas, tendo o cuidado para que todos os jovens estivessem representados.

TECENDO O FIO DE ARIADNE

3.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

3.1.1 Perfil dos Jovens Entrevistados.

Foram entrevistados 23 jovens concluintes do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos. Os jovens foram contactados a partir de informações fornecidas pelos facilitadores que atuaram no Projeto. Diversas foram as tentativas de entrevistar muitos outros jovens a partir do banco de dados disponibilizado pela Fundação Luís Eduardo Magalhães, entretanto esse cadastro encontra-se desatualizado passados cerca de 4 anos desde o término da formação.

Tabela 1: Comunidades de Procedência dos Jovens Entrevistados, Salvador, 2011.

COMUNIDADE	QUANTIDADE	%
Boca do Rio	3	13,04
Bom Juá	2	8,70
Cajazeiras IV	4	17,39
Engenho Velho de Brotas	4	17,39
Engomadeira	2	8,70
Faz. Grande do Retiro	3	13,04
Paripe	1	4,35
São Gonçalo	4	17,39
TOTAL	23	100,00

Fonte: Elaboração própria

Buscou-se informações junto aos facilitadores pelo entendimento de que algumas relações de amizade se mantiveram ao longo do tempo e como muitos deles residem em comunidades comuns ou próximas às dos jovens foi possível recuperar alguns contatos.

Geograficamente falando, o Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário foi aplicado em vinte escolas do município de Salvador da rede estadual de ensino público da Bahia, em diversas comunidades. Essas escolas foram agrupadas por pólos geográficos. Buscou-se entrevistar de maneira equilibrada jovens dos quatro pólos.

Tabela 2: Pólos Geográficos dos Jovens Entrevistados, Salvador, 2011.

PÓLOS	QUANTIDADE	%
1	6	26,09
2	7	30,43
3	5	21,74
4	5	21,74
TOTAL	23	100,00

Fonte: Elaboração própria

Dentre os 23 entrevistados, 14 são do sexo feminino e 9 do sexo masculino, com idades entre 21 e 28 anos, sendo que a maior parte dos mesmos possuem 21 anos, 34,78%.

Tabela 3: Distribuição dos Jovens Entrevistados, segundo Idade e Sexo, Salvador, 2011.

IDADE	SEXO		%
	FEMININO	MASCULINO	
21 anos	5	3	34,78
22 anos	2	2	17,39
23 anos	3	2	21,74
>24 anos	4	2	26,09
TOTAL	14	9	100,00

Fonte: Elaboração própria

Desses entrevistados 15 concluíram o nível médio e desses, 3 estão cursando o ensino superior. A maioria dos jovens entrevistados está desempregada, conforme a Tabela 4, a seguir:

Tabela 4: Distribuição dos Jovens Entrevistados quanto à Formação Acadêmica, Salvador, 2011.

SITUAÇÃO ACADÊMICA	SITUAÇÃO LABORAL		%
	TRABALHANDO	DESEMPREGADO	
Nível médio incompleto	1	7	34,78
Nível médio completo	7	5	52,17
Superior incompleto	1	2	13,04
TOTAL	9	14	100,00

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao estado civil, 20 jovens estão solteiros e 3 estão casados.

Tabela 5: Em relação ao estado civil, distribuição dos jovens entrevistados.

ESTADO CIVIL	QUANTIDADE	%
Solteiro	20	86,96
Casado	3	13,04
TOTAL	23	100,00

Fonte: Elaboração própria

3.1.2 Autoconceito dos Jovens.

Dos 23 entrevistados, 20 jovens utilizaram adjetivos de conotação positiva para se descreverem. Palavras como persistente, determinado, amigo, alegre e otimista foram as mais recorrentes.

Eu sou persistente, uma pessoa que não desiste fácil. Se tiver algum problema, eu não desisto. Sempre buscando, sou muito organizada também. Traço meus objetivos e busco fazer aquilo que é preciso. (Entrevista com a jovem N., residente na comunidade da Fazenda Grande do Retiro).

Eu sou extrovertida, alegre, brincalhona, gosto de me envolver com as pessoas, de fazer amizade. (Entrevista com a jovem T., residente na comunidade da Engomadeira).

Durante as entrevistas não houve pausas ou dificuldades na busca por palavras para se auto-definirem. De maneira bem objetiva todos os jovens falaram com clareza sobre suas características pessoais, não economizando em adjetivos. Três entrevistados sinalizaram características marcadas por impulsividade como “nervosinha” e “esquentado”, referindo-se a um traço mais voltado a um comportamento intempestivo e reativo. Ainda assim complementaram com qualidades:

Eu sou meio braba, meio ignorante. Enquanto não pisa no meu calo, pra mim tá tudo bem, trato todo mundo bem, sou amiga de todo mundo, sou uma boa conselheira. Boa pessoa pra ser amiga. Mas quando mexe no meu calo, a leoa entra em cena. Mas sou uma pessoa simples, não tenho muita besteira, sou uma pessoa humilde, uma pessoa extrovertida, gosto de brincar, dar risada, não me estresso não com muita coisa, é uma raridade me estressar com alguma coisa, só se for aquela coisa bem séria mesmo, se tiver no meu limite. (Entrevista com a jovem Q., residente na comunidade do Bom Juá).

Todos entrevistados afirmaram serem felizes e atribuíram essa felicidade ao fato de possuírem o apoio da família e dos amigos.

Sou feliz sim, graças a Deus. Tenho uma família, minha mãe e uma mulher que me ama, que é companheira e divide as coisas comigo. (Entrevista com a jovem I., residente na comunidade do Engenho Velho de Brotas).

Sou feliz porque tenho uma família que está do meu lado, tenho minha filha mais que tudo nessa vida, não tenho um trabalho, mas do que eu faço dá pra viver, tenho uma pessoa que me ama, que é o que vale. Sou uma pessoa muito feliz, independente de tudo. (Entrevista com a jovem Q., residente na comunidade do Bom Juá).

A totalidade dos entrevistados considerou também que a imagem que os outros têm a seu respeito é correspondente àquela com a qual eles se identificam, sempre também numa perspectiva muito positiva.

Passo uma boa imagem, de uma boa amiga. De uma pessoa que sirvo muito, o tanto que posso. Uma boa imagem mesmo. (Entrevista com a jovem D., residente na comunidade da Engomadeira).

3.1.3 Relação dos Jovens com suas Famílias.

No aspecto família, os dados apontam para uma relação de apoio, com as sinalizações dos conflitos habituais em espaços de convivência familiar.

Não foram encontrados relatos de conflitos extremos, nem de desconforto, apesar de um caso em que o relato do jovem era de harmonia, mas os fatos encontrados não corroboravam com essa imagem. O jovem em questão estava vivendo com a namorada em um cômodo em frente à casa da sua família, cuja maior parte havia se mudado para outro estado, restando em Salvador apenas uma irmã, com a qual não mantinha comunicação. A condição de moradia do jovem era precária e degradante, além de algumas inconsistências na sua fala e um relato feito de maneira agitada, frases entrecortadas, balanceio de corpo e longas pausas. Segundo outra jovem, que é sua amiga, ele estava num momento difícil afastado de todos e com sérios conflitos com a irmã, por isso foi obrigado a sair de casa e viver nesse cômodo.

Minha família toda me adora, sou o caçula. Minha família acha que eu sou um filho ótimo, todo mundo me ama. Daqui a pouco meu celular vai tocar, minha mãe me liga o tempo todo. Meus irmãos ligam direto. (Entrevista com o jovem C., residente na comunidade da Boca do Rio).

De uma forma geral a família é considerada o eixo e a maior razão de felicidade desse grupo de entrevistados.

Minha família é o meu alicerce, minha base de tudo, é o que eu sou. Sem meu avô, meu pai, minha mãe eu não sou ninguém. (Entrevista com a jovem I., residente na comunidade de Paripe).

Vale ressaltar que 90% ainda residem com seus pais, tios ou avós e que em muitas casas moram juntas pessoas de diversos graus de parentesco.

Minha família é massa, mil grau (sic), todas as festas a gente faz coisas lá em casa. É um rodízio, são três casas uma em cima da outra. Então quem quiser dormir em cima dorme, quem quiser dormir embaixo, dorme. E ainda tá construindo mais em cima. Embaixo tem seis pessoas, mais uma tia que só vem pro fim-de-semana. (Entrevista com o jovem P., residente na comunidade de Fazenda Grande do Retiro).

No que diz respeito ao papel do sujeito, no seu núcleo familiar, muitos se vêm como exemplo e modelo para os demais, mas essa responsabilidade não foi externada como um peso e sim como um motivo de orgulho e algo natural.

Como eu sou um dos mais velhos tenho que dar sempre exemplo aos menores. Não sou muito cobrado por isso, mas eles esperam que eu faça isso. Que eu não me meta em coisas que vão manchar a imagem da família, entendeu? Mas independente disso eu não sou cobrado em relação a isso não. (Entrevista com a jovem Y., residente na comunidade de São Gonçalo).

3.1.4 Percepção dos Jovens quanto ao Espaço Escolar.

Em se tratando dessa realidade, apenas oito dos vinte e três jovens entrevistados ainda não concluíram o ensino médio, sendo que três estão cursando o ensino superior e uma o nível técnico. Aqueles que ainda estão cursando o ensino médio ressaltaram a importância da educação no desenvolvimento pessoal e profissional e externaram o desejo de dar continuidade à formação acadêmica.

Sinto falta da escola porque conclui os estudos. Quero fazer faculdade de enfermagem. Eu tinha uma boa frequência e um rendimento ótimo. Mas perdi 3 anos. (Entrevista com a jovem N., residente na comunidade do Bom Juá).

Os jovens entrevistados afirmaram possuírem uma boa frequência escolar e um rendimento razoável. Mas quase todos possuem no seu histórico episódios de repetência.

A escola era um tempo de molecagem, de querer brincar o tempo todo e ao mesmo tempo levar os meus estudos a sério. Foi uma época muito boa, que eu aprendi muito, que sinto falta. Eu frequentava sim, mas acabei perdendo um ano. Mas eu acho que eu tive que perder pra me aprimorar, brinquei muito, mas também tirei muitas notas boas. Só não era muito boa em química e física. (Entrevista com a jovem I., residente na comunidade de Paripe).

Os jovens foram instigados também a expressarem sua percepção acerca do espaço escolar. Apesar de relatarem conflitos com os professores e algumas dificuldades relativas à ausência de atividades por conta da falta de professores, os jovens fazem uma associação positiva desse espaço de aquisição de conhecimento e de convivência. Alguns sinalizaram desconforto

quanto à forma de tratamento de alguns professores e dirigentes, mas afirmaram saberem lidar com a situação.

Eu era um aluno freqüente. Todo dia tava na escola, nunca filei, nunca gostei de filar, sempre gostava de estudar, era um aluno que as vezes discutia com o professor, mas eu sabia que tava errado, mas eu era um aluno que gostava de estudar, já perdi vários anos, nunca conseguia tirar boas notas, mesmo freqüentando bem a escola, não prestava atenção na aula, era no tempo que eu jogava no Vitória e não tinha tempo de estudar, ficava meio confuso, ou era jogar bola, ou era estudar. Minha mãe cortou, não deixar eu jogar, aí me estressei com minha mãe, “já que a senhora não quer que eu siga meu caminho, eu vou estudar” a partir daí que eu comecei a estudar, a tirar notas boas, eu fiquei só no colégio, não tinha nada que fazer, fazer um esforçozinho. (Entrevista com o jovem S., residente na comunidade do Engenho Velho de Brotas).

Para os jovens entrevistados a escola era um espaço de socialização, acima de tudo. E a participação no Projeto contribuiu para o sentimento de pertencimento a esse espaço no sentido de preservar, e promover o bem-estar coletivo. Eles sinalizaram também a mudança de percepção quanto à importância de continuidade da formação acadêmica.

Eu sempre freqüentei muito bem a escola, nunca perdi de ano, não ficava em recuperação, e na época dos Jovens Baianos eu me motivei mais, eu era muito calada assim na sala de aula, não conversava muito, era super tímida, super tímida, aí depois dos Jovens Baianos eu comecei a falar em público, era um pavor, a barriga começava a gelar, quando tinha que falar alguma coisa eu ficava super nervosa, mas aí eu fui trabalhando isso com o tempo, aí no final eu tava falando pelos cotovelos, falava tudo, sem problema nenhum. Isso me ajudou muito. Nunca tive problemas assim em relação ao colégio. Minhas notas sempre foram boas. (Entrevista com a jovem R., residente na comunidade do Engenho Velho de Brotas).

3.1.5 Sentimento de Pertencimento dos Jovens à Comunidade em que Vivem.

As comunidades pertencentes ao Projeto de Formação em Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos eram consideradas áreas de vulnerabilidade social. De uma forma geral os jovens descreveram suas comunidades como boas, tranqüilas ou violentas e perigosas. Mas todos afirmaram sentir-se bem residindo no bairro e consideraram levianas as tentativas de generalização da violência e do banditismo local.

Eu descrevo a minha comunidade hoje com outros olhos. Quando eu era menor de idade, eu achava que era só violência, eu achava o que a mídia achava. O que eu via na TV era o que eu achava, que era uma comunidade violenta, que não tinha perspectiva de vida pra jovem nenhum e que consequentemente a maioria ia se tornar marginal, era como eu via na TV. Depois dos Jovens Baianos que a gente veio trabalhando muito isso, eu comecei a ver com outros olhos, com os olhos que eu vejo hoje, que tem muitos jovens, claro que alguns se envolvem consequentemente com violência, drogas tudo, mas existem muitos hoje e muitos os meninos que participaram comigo dos jovens baianos, que tomaram um rumo assim, totalmente diferente, que trabalham, que estudam, , que estão na faculdade, que estão trabalhando e que vêem a comunidade também diferente, não é tanta violência

assim como a gente pensa, ou como a gente vê na TV, é totalmente diferente, a gente vê algumas formas de lazer agora, é diferente (Entrevista com a jovem D., residente na comunidade da Engomadeira).

Ainda que não participem de movimentos ou iniciativas coletivas, os jovens se sentem responsáveis por promover uma imagem positiva das suas comunidades.

Eu me sinto responsável pelo papel que a comunidade tem. Eu me sinto responsável pelo que as pessoas acham da comunidade. Eu acho que todo jovem tem papel fundamental sobre ela porque a opinião das pessoas de bairros vizinhos é o que elas acham sobre nós, não é a comunidade em si, são as pessoas que vivem nela e se as pessoas pensam de certa forma, ah o que é o Engenho Velho de Brotas hoje? vai pensar nas pessoas que vivem nela. Eu acho que eu e todos os jovens que moram aqui hoje, moram porque gostam daqui, porque acham que aqui é um lugar bom pra viver, que não é tão violento quanto a gente pensa, quanto a gente acha porque todo bairro quem não mora lá acha que lá é super violento, mas só sabe mesmo da comunidade quem vive na comunidade. Eu acho que a maioria das vezes fala-se mal sobre o bairro quem não mora nele, quem não conhece realmente o local que tá falando. Eu acho que a questão da violência que atrapalha muito e passa na mídia que tal bairro teve um ataque, teve uma chacina, teve alguma coisa assim, mas ninguém chega no bairro procurando saber quais são os problemas do bairro. Eu acho que a violência vem de problemas de há muito tempo, sempre existiu e sempre acaba tendo um bairro que no momento está sendo mais falado que é o que tá tendo mais violência, mas eu acho que não é bem como falam. (Entrevista com a jovem D., residente na comunidade da Engomadeira).

De uma maneira geral, os jovens entrevistados consideram a falta de estrutura básica e a precariedade dos serviços prestados como saúde, segurança, limpeza e educação como as principais dificuldades enfrentadas nas suas comunidades.

Uma comunidade simples, mas que precisa mudar algumas coisas. Tanto nas pessoas quanto no próprio bairro mesmo. Algumas pessoas infelizmente não sabem lidar com a outra. Em relação ao bairro, buraco na rua, aquelas mesmas coisas que sempre falam, estrutura não tá legal, posto de saúde, pra você marcar um clínico tem que ser às 2 da manhã, arriscando sua vida, agora mesmo a emergência não está funcionando e isso é uma falta de respeito com a comunidade. (Entrevista com a jovem Z., residente na comunidade da Boca do Rio).

Minha comunidade é muito sofrida, porque os órgãos competentes infelizmente não olham, não fazem absolutamente nada pra que venha a melhorar então se a pessoa não tiver uma auto-estima, uma fé, um otimismo em si, realmente...O local que eu moro foi uma invasão, foi uma expansão muito rápida, as construções de várias casas, então realmente é uma favela, como o povo rotula que seria uma favela, então assim os órgãos competentes não olham pra essa comunidade com bons olhos, a própria polícia não olha com bons olhos, então é como eu falei, se a pessoa não tiver um otimismo, uma fé dentro de si e não ser determinada, guerreira, realmente deixam-se influenciar por coisas banais. (Entrevista com a jovem H., residente na comunidade da Fazenda Grande do Retiro).

Ressalta-se que apenas um jovem possui uma participação efetiva em movimentos coletivos na sua comunidade, vale ressaltar que esse perfil de participação já existia antes do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário:

Aqui na comunidade eu faço parte do Kizumba, que é um grupo de cultura da gente lá do Bom Juá, a gente trabalha com raça, com etnia. A gente faz “cineclube”, a gente bota um filme que tenha a ver com a faculdade, depois a gente chama algum professor de alguma faculdade, pra debater com aqueles que estão fazendo pré-vestibular pra ganhar mais experiência no debate. Tem também a escrita que a gente consegue professor de linguagem pra poder, porque a gente faz rap, faz rima, tem que ta sempre escrevendo, sempre falando. Em novembro, que é o mês da consciência negra, a gente sempre abre alguma escola, a gente abriu essa aqui, que é uma escola municipal, já abriu o 2 de julho, que hoje o 2 de julho graças à gente tem o Escola Aberta e tem o Mais educação. A gente colocou dois projetos lá dentro. A gente quer fundar o nosso grupo, a gente tá brigando, pra fazer nosso estatuto, é meu segundo nome. (Entrevista com o jovem P., residente na comunidade da Fazenda Grande do Retiro).

Todos os demais afirmaram perceberem a importância da intervenção comunitária, mas disseram não saber de fato como participarem ou acreditarem que é necessário para que haja um maior engajamento coletivo que o poder público interfira com recursos e incentivos através de projetos sociais.

Teve uma iniciativa coletiva, mas eu não participei, porque o pessoal do posto de saúde queria pedir mais material de curativo, mas já aconteceu de tratar a gente mal. Eles fizeram uma votação pra mudar várias coisas, mas eu não participei, porque eles já me maltrataram. Como é que a população vai ajudar eles em alguma coisa, se eles mesmos não tratam a população bem? “Até pra pegar um preservativo é uma dor-de-cabeça”. (Entrevista com o jovem C, residente na comunidade do Engenho Velho de Brotas).

Infelizmente não me sinto agente de desenvolvimento comunitário. Porque eu também tenho a minha vida, tem cinco meses que to desempregada então eu fico correndo atrás de emprego. Então tem família, tem namorado, tem tudo pra gente poder se doar um pouquinho pra cada pessoa. Realmente fica difícil. Quando acontece como eu falei pra você do abaixo-assinado, eu também me movimento, aí fui ajudei, falei com a associação de moradores. A única intervenção que teve na minha comunidade mais especificamente foi essa. (Entrevista com a jovem F., residente na comunidade da Fazenda Grande do Retiro).

Apesar de terem realizado os planos de ação com recursos mobilizados por eles mesmos, os jovens atribuem o sucesso da intervenção ao suporte proporcionado pelo Projeto.

Eu acho que a falta de continuidade dos planos de ação foi uma questão de incentivo, incentivo governamental mesmo e o plano de ação tinha custos e o Projeto Jovens Baianos que proporcionou isso pra gente e não continuou porque a gente não tinha dinheiro pra continuar, espaço também, depois que a gente se desvinculou do JB a escola não ia ceder espaço pra gente porque o JB que era a referência da escola pra gente estar ali todos os sábados e depois do JB não, a gente não ia ter essa condição, financeiramente falando e apoio da escola que faltou também de continuar, já que a gente ta ajudando e tudo. A comunidade nem tem como bancar aquilo que a gente ia proporcionar pras crianças, não ia ter como, mesmo que fosse pouco, a gente também não e o JB era uma ação governamental, era uma ajuda financeira e de apoio didaticamente, de material, tudo era dos JB então depois a gente não tinha como continuar, nem pensar em outra forma, se existisse hoje um projeto igual ao JB eu acho que seria maravilhoso. (Entrevista com a jovem R., residente na comunidade do Engenho Velho de Brotas).

3.1.6 significado do projeto de formação de agentes de desenvolvimento comunitário do programa jovens baianos na vida dos jovens concluintes.

Quando questionados sobre o significado do Projeto Jovens Baianos em suas vidas, os entrevistados foram entusiastas e unânimes no sentido de afirmar a importância da formação em suas vidas, ressaltando sempre os aspectos enriquecedores para o seu desenvolvimento pessoal e social, aspectos relativos à comunicação e relacionamento interpessoal.

Pra mim foi ótimo, muito bom mesmo, eu era uma pessoa muito tímida, não gostava de falar em público, ficava muito acanhada, porque Daniel sempre falava gente a gente tem que se expressar, tem que falar, tem que saber, se a gente ficar calado a gente tá aceitando tudo, a situação. A gente tem que expor. Ele sempre dava oportunidade pra todo mundo falar e eu fui vendo que não era um bicho de sete cabeças. Pra ter novos amigos, lidar com pessoas, se juntar, a comunicação, desenvolveu essa área, me incentivou a estudar muito mais na escola, a prestar atenção nas aulas, eu comecei a procurar saber, sobre política mesmo que eu não gosto, conhecer mais um pouquinho dos direitos, do que a gente pode tá falando, como a gente pode tá chegando numa pessoa de nível maior. Pra falar com palavras mais “bonitas”. Eu amei o JB e ajudou financeiramente, as dinâmicas eram ótimas e cada dinâmica tinha um significado. Eu gostei muito. Se pudesse permanecer seria ótimo. Se voltasse seria muito bom. Pra incentivar a essas pessoas. Abrindo os olhos para o mundo, pra saber que a gente tá ali estudando pra ter um futuro. Porque as vezes a gente não leva o estudo tão a sério. Eu queria ter conhecido os JB bem antes. (Entrevista com a jovem O., residente na comunidade de Cajazeiras VI).

Sobre a questão da participação individual no Projeto, muitos jovens entrevistados responderam que participavam ativamente, se envolvendo com as atividades e contribuindo com as discussões em sala de aula. Alguns jovens afirmaram que sua participação aconteceu de maneira gradual e crescente. Segundo os mesmos, à medida que iam conhecendo a proposta do Projeto, fortalecendo a confiança em seus grupos e adquirindo mais desenvoltura, sua presença foi se tornando mais efetiva.

Minha participação no começo era pouca. Mas depois quando fui conhecendo os assuntos e tendo interesse, pelos assuntos que a gente foi construindo, eu desenvolvi muito mais, eu descobri que eu podia muito mais do que eu pensava. (Entrevista com a jovem I., residente na comunidade de Paripe).

Em relação à percepção de mudança de atitude, apenas uma jovem afirmou não perceber nenhuma diferença após a participação no Projeto.

Não, não percebi nenhuma mudança. (Entrevista com a jovem T., residente na comunidade da Engomadeira).

Apesar de haver ressaltado em sua fala os aspectos positivos:

Foi uma etapa muito boa. Eu gostei. A gente trabalhava em grupo, tudo era em grupo. Era uma pessoa ligada no que o professor falava, às vezes ficava desligada,

mas as meninas me ensinavam e eu aprendia, a gente ia sair na rua fazendo as coisas. (Entrevista com a jovem T., residente na comunidade de Engomadeira).

Todos os demais entrevistados foram contundentes em suas respostas quanto à modificação em suas vidas:

A gente aprendeu a ter mais responsabilidade com dinheiro, cuidar mais, saber administrar, ajudar sua família que não tem condição, quem não trabalha ainda, ajudar em questão de desenvolvimento. Dentro do JB foi muito bom, a gente aprendeu a ter mais comunicação, ver mais nossa comunidade, a gente não olhava muito pra isso, coisas que a gente puder ajudar, ser voluntária. Teve nosso plano de ação que foi fazer uma biblioteca na nossa comunidade, foi muito legal mesmo. A gente saiu, se mobilizou mesmo, fez passeios, tomou a frente mesmo, a gente viu que tinha apoio, que a gente podia fazer e não fazia, a gente conseguiu ônibus disponível, gratuito pra levar os jovens, ligamos, disseram: "tudo bem, vem aqui", a gente foi lá e conversou com eles, eles receberam a gente bastante bem e que tem pessoas que podem ajudar os jovens e é bom, pra levar pra conhecer o museu náutico, porque os jovens não tem conhecimento, ficam muito presos aqui, aí não tem aquela oportunidade de conhecer a arte, a cultura, isso incentiva o jovem a crescer, a ter sua profissão, porque as vezes tá no colégio e nem tem idéia do que vai ser na vida, porque não tem essas oficinas incentivando as profissões pra depois a pessoa ser, pra mim o JB foi uma das melhores coisas que aconteceram no colégio e na nossa comunidade. Foi uma coisa ótima mesmo e aconselho que continue, invista mais nos jovens e também nos jovens que já terminaram. Porque um curso profissionalizante faz crescer, ou até ser voluntário pra estar ajudando, ser disponível pras pessoas precisarem, dar uma palestra. Pros jovens também valorizarem e não ir por ir, porque tá ganhando dinheiro, não, pra aprender e ter o conhecimento porque isso a gente leva pra vida toda, o dinheiro acaba, mas o conhecimento é pra vida toda, pra sempre. Que eles estejam ali conscientes que estão construindo o futuro deles. (Entrevista com a jovem L., residente na comunidade de Cajazeiras VI).

Muitas das mudanças foram sinalizadas como fundamentais em aspectos relacionados à convivência social:

Eu mudei bastante. Eu era um cara muito machista antigamente, eles focavam bastante nisso, e depois disso, eu mudei bastante, minha mente mudou bastante no sentido de que eu posso gostar de um cara sem ser gay, sem ter minha masculinidade definida, nisso eu era bastante machista mesmo, não gostava de abraçar ninguém, dá beijo em homem, essas coisas assim. Mudou a iniciativa, de ver assim uma coisa que está errada de querer, de buscar recurso pra mudar. (Entrevista com o jovem X., residente na comunidade de São Gonçalo).

Eu jogava muito lixo no chão. Eu tinha um professor chamado Tom que me ensinou a jogar as coisas no lixo, ele foi um cara que me tirou isso de ficar jogando lixo no chão. Ele sempre dizia: Lismar,, coloca o papel do queimado no bolso. Comecei a ver isso e até hoje eu tenho isso. Eu aprendi a me comportar em todo lugar que a gente ia, independente do lugar. Tinha lugar que algumas pessoas procuravam briga, eu aprendi muito sobre isso. Eu era muito esquentado. Quando eu entrei nesse curso, comecei a perceber que as coisas não são assim, são diferentes. Eu passei a ser mais educado. Eu era uma pessoa que nem respeitava uma pessoa de idade e hoje eu respeito, graças a Deus, graças a esse curso. (Entrevista com o jovem S., residente na comunidade do Engenho Velho de Brotas).

De uma forma geral, os jovens entrevistados consideraram que as modificações mais profundas propiciadas pela influência do Projeto foram relacionadas à comunicação e ao relacionamento interpessoal.

Eu era bem quietinho, não falava nada. Aos poucos fui conversando, dialogando, eles também me ajudavam, todo mundo é amigo. Passei a conhecer as pessoas também. Tenho saudade. (Entrevista com o jovem G., residente na comunidade da Boca do Rio).

Eu era pacata, escondida, tímida. Hoje eu descobri que eu posso, que eu consigo e que limites só há quando a gente coloca. (Entrevista com a jovem Z., residente na comunidade da Boca do Rio).

Foi importante na comunicação, a gente aprendeu a falar em público, a fazer uma palestra, a gente leva pra vida toda. Depois do JB eu comecei a me desenvolver mais e hoje já apresento e as pessoas dizem você fala bem em público e eu não esperava por isso, eu achava que nunca ia perder esse medo. (Entrevista com a jovem H., residente na comunidade Cajazeiras VI).

Um aspecto amplamente ressaltado por todos os jovens entrevistados foi o papel fundamental do facilitador, que também era jovem, em seu desenvolvimento durante o processo formativo. Eles sinalizaram como extremamente positiva a identificação e a facilidade de comunicação com educadores que eram disponíveis para o diálogo.

Eu fui me desenvolvendo mais, os facilitadores. Tom e Carlos que gostavam de falar muito, a gente acabava se espelhando um pouco neles, a gente via muito isso, a gente acabava querendo ao menos ser um pouco igual a eles, falar igual a eles, né? Se expressar bem como eles se expressavam, se comunicar porque todo mundo entendia o que eles falavam e a gente tentava fazer o máximo pra chegar perto do que eles eram, era uma referência boa, aí eu fui tentando, tentando, me esforçando pra essa coisa de falar em público, mas acho que deu certo no final. (Entrevista com a jovem R., residente na comunidade do Engenho Velho de Brotas).

Eu falava muito alto, até em casa minha mãe se estressava porque eu falava muito alto, aí depois do curso eu fui falando baixo, até hoje, eu sou rouca, explicava a ele (Carlos, facilitador) que eu falava alto porque eu sou rouca e ele me dizia que quanto mais eu gritava mais eu ficava mais rouca ainda, aí eu fui me acostumando com ele, tanto que ele se trabalhar em escola é dos melhores professores do curso e se tiver outro curso que ele tiver que dar aula pode me convidar que eu vou assistir. (Entrevista com a jovem B., residente na comunidade do Engenho Velho de Brotas).

Os planos de ação foram avaliados positivamente pelos jovens, como uma oportunidade de conhecer melhor a comunidade em que residem além da possibilidade de contribuir para melhorias em seu bairro.

A gente correu muito atrás pra realizar, a gente realizou gincana, grafite pra galera aprender a grafitar, foi muito enriquecedor, foi dança, foi palestra, foi muito massa,

foi lindo, lindo demais. Eu pude olhar as pessoas com outros olhos. Olhos de pessoas boas, entendeu? Porque quando você olha com um olhar superficial, você diz: meu Deus o que é que eu vou achar aqui? Quando você vai, você se aprofunda, você se doa pra aquelas pessoas, gente, é um amor que você recebe, é uma troca de informações muito boa, que enriquece você como pessoa, deixa a sua vida abrilhantada. Eu me senti assim naquele momento apesar de toda tristeza que o tráfico de drogas ali é muito intenso. (Entrevista com a jovem S., residente na comunidade da Fazenda Grande do Retiro).

Em se tratando de sugestões para melhorias em edições futuras do Projeto, os jovens afirmaram estarem satisfeitos com o formato e a metodologia, apenas enfatizaram que o tempo destinado à intervenção social deveria ser ampliado, possibilitando assim um maior aprendizado prático e um maior contato com a comunidade. Ressaltaram também a efetividade que teria na consolidação dos conteúdos trabalhados a ampliação do prazo de execução do Projeto.

Eu gostei bastante do Projeto. A duração poderia ser maior, o tempo para o plano de ação foi curto pra gente trabalhar com a comunidade, se fosse mais seria melhor. (Entrevista com a jovem Q., residente na comunidade da Fazenda Grande do Retiro).

Deveria ter mais visita nas comunidades pra saber o que está acontecendo, porque a gente só ia pra comunidade na época do plano de ação. Seria melhor. A gente focava mais em ficar na sala aprendendo. (Entrevista com o jovem X., residente na comunidade do São Gonçalo).

De uma forma geral, a participação no Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos foi percebida como extremamente positiva, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens entrevistados.

Eu levei pra minha vida e hoje eu falo pra todo mundo, que me incentivou mesmo, abriu minha mente, porque eu era muito tímida e não falava muito. Depois que eu entrei comecei a ver que a gente podia fazer coisas além. Na nossa turma a gente dizia: vamos fazer, vamos em frente porque a gente quer mostrar o melhor da gente, a gente foi, meteu as caras e fez mesmo e teve resultado depois. A gente viu que tem condições de fazer e só não faz porque não tem oportunidade e eu acho que isso é o principal. De ser mais otimista. Quando a gente quer uma coisa, tem que ir em frente, se jogar mesmo. Vão existir as dificuldades, mas se você tiver convicção, foco, você vai conseguir. Com a ajuda das outras pessoas também, a gente não pode ser individualista, egoísta, mas tem que pensar nos outros, a gente precisa um do outro. O JB me ensinou isso se a gente quer a gente tem que buscar também e tem que ter força, coragem, garra pra conquistar. Conhecer nossa história, de Salvador. A gente viu que nem tudo é o governo que é culpado a gente também precisa ter iniciativa. A gente não tem que esperar só pelo governo. É uma questão de consciência da gente também, de cada um. A gente aprendeu o ECA. Pra saber meu direito é esse, tá registrado nesse artigo. Tudo conforme a lei. (Entrevista com a jovem L., residente na comunidade de Cajazeiras VI).

3.2 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados serão aqui analisados através de uma costura da coleta de informações da pesquisa de campo com a avaliação de eficácia realizada pelo projeto, a avaliação externa realizada pelos consultores do NPEJI e o aporte teórico pesquisado.

Importante ressaltar que tanto o tamanho da amostra pesquisada quanto suas características não permitem a generalização dos resultados obtidos. As informações coletadas, no entanto, são recurso para uma melhor compreensão dos resultados do Projeto na vida dos participantes, suas impressões e expectativas e para contribuir na formulação de novos instrumentos de políticas públicas para a juventude. Tais informações podem colaborar no sentido de se avaliar o quão emancipatória essa política está sendo no sentido de ampliar as liberdades substantivas dos sujeitos.

De uma maneira geral buscou-se avaliar os resultados do projeto a partir da percepção do jovem concluinte do Projeto de Formação em Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, sobre a contribuição da formação para a sua relação consigo mesmo, com a família, com a escola e a comunidade em que vive e se ele passou a atuar como agente de desenvolvimento comunitário.

A fala dos jovens entrevistados no que diz respeito ao aspecto auto-estima, confirmou o que a avaliação de resultados revelou na análise dos dados dos grupos focais:

“a participação no Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário contribuiu para a elevação da auto-estima e do auto-conceito dos jovens, os aspectos positivos de suas personalidades ressaltados nos depoimentos apontam para uma crença nos seus potenciais e para a percepção de que os mesmos são capazes”. (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 77)

O Projeto de formação pretendia contribuir para o fortalecimento da auto-estima dos jovens investindo em oficinas voltadas para o autoconhecimento onde eram realizadas vivências que estimulavam a autopercepção e encorajavam o sujeito a pensar sobre si mesmo. Dados coletados nos grupos focais corroboram com essa perspectiva: “Foram várias as mudanças que os jovens observaram em si mesmos. Hoje, sentem-se mais felizes, afetivos, participativos, comunicativos e preparados para ajudar o próximo e a comunidade.” (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 115)

De acordo com o relatório analítico do Projeto, “O Projeto foi considerado transformador, pois conseguiu modificar a atitude dos jovens, elevando sua auto-estima.” (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 117)

Confirmando os dados obtidos durante a avaliação de resultados, o auto-conceito dos jovens entrevistados é bastante positivo e aponta para uma auto-estima elevada.

No que diz respeito ao sentimento de felicidade, um conceito extremamente subjetivo e de difícil mensuração, já que para cada indivíduo a felicidade se traduz de formas diversas, não havendo nem balança nem fita métrica pra medir o quão feliz um sujeito é ou está, os entrevistados foram unânimes em afirmar que se sentiam felizes e atribuíram fundamentalmente essa sensação ao seu entorno familiar e aos amigos que possuíam.

E em se tratando do outro enquanto baliza do eu, os dados relativos à imagem sugerem que a percepção externa condiz com a auto-imagem dos jovens. Todos ressaltaram que acreditam passarem uma imagem para aqueles que convivem com eles coerente com a que possuem de si mesmos.

Tal dado aponta para a concepção de que a alteridade possibilita a identidade, ou como diria Paulo Freire: “assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não-eu”, ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade do meu *eu*.”

Pensando em imagem, enquanto expressão da alteridade entende-se que se ver refletido nos olhos do outro contribui para a construção da própria identidade. Somos aquilo que o outro não é, e é também o que nos delimita e o que permite que saibamos o espaço que temos no mundo. Segundo Paulo Freire ainda, “mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si própria.”

Os aspectos relacionados à família foram apontados pelos jovens entrevistados de maneira bastante positiva, sinalizando uma relação percebida como fundamental no desenvolvimento dos mesmos. Apesar dos conflitos habituais, os pais, irmãos e outros são identificados pelos jovens entrevistados como um referencial e essa percepção ratifica a concepção do núcleo

familiar como a base de construção da personalidade dos sujeitos, tendo consonância ainda com a avaliação de resultados do projeto,

Os jovens se tornaram mais tolerantes com os familiares e amigos, passaram a se comunicar mais e a ajudar nas despesas da casa. O senso de responsabilidade foi estimulado a partir do compromisso assumido de participar do Projeto. "Meu pai um dia me perguntou: 'este curso é de fazer milagre é?'" (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 116)

Ainda que na modernidade, a discussão acerca do papel da família e sua contribuição no desenvolvimento dos seus membros aponte, para dados de ausência e falta de proximidade, os resultados extraídos tanto dos grupos focais, quanto da análise das entrevistas, revelam que para os jovens concluintes do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário a família é a sua base.

A pesquisa confirmou a análise extraída do grupo focal quanto à tolerância dos jovens em relação à família e a participação diária na convivência familiar, inclusive no que diz respeito às despesas coletivas. O senso de responsabilidade foi estimulado a partir do compromisso assumido de participar do Projeto

A família reconheceu a mudança de atitude dos jovens, que se tornaram mais responsáveis, solidários e proativos. Muitos saíram do mundo das drogas e da ociosidade, e passaram a contribuir financeiramente com as despesas familiares. (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 116).

A mudança de atitude dos jovens no ambiente familiar é atribuída, segundo o relatório analítico do Projeto,

às situações a que os jovens foram expostos durante o Projeto – requerendo deles maior interatividade com os outros e habilidade para resolução de conflitos –, os temas trabalhados pelos Facilitadores e a experiência de vida obtida pelos jovens com os Planos de Ação. (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 116).

No que tange à escola, percebe-se que o debate sobre a educação no Brasil e o papel dos projetos sociais na tentativa de suprir as deficiências do sistema educacional básico é de extrema importância. Estamos falando de jovens, que possuem dificuldades relativas à efetividade da sua formação acadêmica e que são convidados a num projeto discutirem temas, a expressarem seus pontos de vista e sua visão de mundo. Uma concepção de educação diferenciada daquela praticada no ensino tradicional. O Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário aposta no formato de oficinas, compostas por debates,

dinâmicas, filmes, músicas, produções artísticas em que os jovens são encorajados a compartilhar seus conhecimentos prévios, contribuindo com o aprendizado coletivo.

A análise das entrevistas revela que a partir da experiência do Projeto, os jovens passaram a valorizar a formação acadêmica como forma de desenvolvimento pessoal e profissional e a considerar a importância de dar continuidade aos estudos após a conclusão do ensino médio.

Mesmo os jovens entrevistados que haviam concluído o ensino médio, e que tinha uma percepção positiva do espaço escolar, possuem no seu histórico acadêmico episódios de repetência.

De acordo com relato registrado nos grupos focais com os dirigentes e representantes escolares:

Na escola, os jovens realizaram mutirões, recuperando espaços, reformando salas de aulas e áreas comuns. Inicialmente se pensava que o aluno só iria frequentar o Projeto para receber o dinheiro da bolsa, mas o que se constatou foi uma mudança de atitude e de comportamento dos jovens, que desenvolveram uma consciência crítica sobre a sua realidade, crescendo como pessoa, como cidadão. (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 121).

Os consultores do NPEJI concluíram que:

a concepção territorial do Projeto além de ter incentivado diretores e coordenadores pedagógicos das escolas beneficiárias a refletirem sobre as múltiplas possibilidades de formação do estudante, através de grupos focais, reuniões constantes e ações de cidadania, promoveu a construção de uma nova relação com o espaço escolar e incentivou a permanência do jovem no sistema educacional, visto que estar matriculado na escola foi um dos critérios para se inscrever no Projeto. (FLEM, Relatório Avaliação Externa, 2009, p.27).

Os dados apontam ainda para a efetividade da estratégia adotada pela formação que tinha como um dos seus pilares pedagógicos a educação de jovem pra jovem. Os resultados das entrevistas corroboram com a síntese dos grupos focais, “outro ponto forte destacado foi o fato de a formação ser realizada "por jovens e para jovens", o que permitiu uma comunicação eficaz e uma empatia recíproca e ressaltam ainda que

os jovens avaliaram os Facilitadores de maneira bastante positiva, ressaltando sua competente atuação no Projeto e seu apoio aos jovens ADCs para lidarem com suas questões pessoais e de relacionamento com os colegas. A faixa etária dos Facilitadores foi considerada muito importante para aproximação junto aos jovens ADCs, estabelecendo-se uma relação de igual para igual. (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 110).

Nos grupos focais a flexibilidade sem autoridade foi avaliada como um aspecto a ser melhorado, mas nas entrevistas de campo, esse item não foi citado pelos jovens. Naquela oportunidade os jovens sinalizaram como negativa a postura “não exigente” dos facilitadores, sugerindo mais rigor e disciplina na condução das atividades.

As comunidades, nas quais o Projeto foi implementado, são consideradas áreas de vulnerabilidade social e nos depoimentos dos jovens entrevistados ficou bem marcada essa percepção externa de violência e risco social identificando os locais em que eles residem. Muitos acreditam que a mídia tem muita responsabilidade em reforçar no inconsciente coletivo essa imagem de violência, para além das estatísticas reais, perpetuando assim a lógica de exclusão social. Os jovens se ressentem também por serem vistos de maneira diferenciada em razão de pertencerem a essas comunidades.

De acordo com o Relatório Técnico II da Fundação Luís Eduardo Magalhães (2007)

“as premissas que orientaram os conteúdos e a metodologia do projeto de formação partiram de pesquisas anteriores realizadas pela SECOMP com os jovens das escolas públicas selecionadas para participarem do programa, dos depoimentos dos professores e dirigentes escolares e dos estudos realizados nas escolas públicas. Constatou-se a partir destes estudos, que havia dificuldade dos jovens de se enxergarem e de atuarem como agentes de transformação de sua realidade causada por fatores como baixa auto-estima, baixa perspectiva de vida, baixa responsabilidade pessoal e autonomia; baixo sentimento de pertencimento à sua comunidade; ausência de integração entre entes locais - família, escola e comunidade - apoiando os jovens.”. (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 23).

Em se tratando do olhar apreciativo pretendido pela formação, os dados obtidos nas entrevistas apontam para uma mudança relativa ao sentimento de pertencimento à comunidade, bem como à forma de enxergá-la. Os depoimentos reforçam os resultados apresentados no relatório analítico segundo o qual:

“O Projeto foi considerado muito importante na vida dos jovens, pois possibilitou aos mesmos um desenvolvimento pessoal expressivo e uma aproximação com a comunidade. Inicialmente, o significado do Projeto não estava claro para os jovens, mas, com o passar do tempo, com o desenvolvimento das atividades, dinâmicas, oficinas e com a realização dos Planos de Ação, eles passaram por uma transformação pessoal muito grande, principalmente no que diz respeito ao relacionamento interpessoal e ao seu envolvimento de forma mais participativa junto à comunidade, o que permite, hoje, eles se identificarem como protagonistas da sua própria história.” (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 109).

Entretanto, apesar de terem modificado a sua percepção em relação à comunidade em que vivem e o sentimento de pertencimento à mesma, os jovens entrevistados afirmaram que depois das intervenções do Projeto não atuaram em nenhuma outra ação comunitária, nem participaram de nenhum movimento coletivo. Esse dado vai de encontro às análises feitas na etapa final do projeto, no perfil de saída, no qual os jovens afirmaram terem aumentado a sua competência de transformação da realidade, ou seja, de envolvimento comunitário bem como dos dados obtidos nos grupos focais: Passados quatro anos da experiência do projeto eles não se consideram agentes de desenvolvimento comunitário e não atuam como tal.

Pode-se inferir também, sobre a atuação enquanto agente de desenvolvimento comunitário, que mesmo com as competências desenvolvidas pela formação, o jovem ainda acredita que é necessário um ente externo para dar suporte a qualquer intervenção em sua comunidade. Muitas das falas sinalizam essa crença, refutando os resultados da avaliação de resultados sobre o potencial transformador da realidade. Ainda que durante a execução dos Planos de Ação os jovens tenham aprendido a elaborar projetos, articular parcerias e mobilizar recursos, tal aprendizado não foi suficiente para fazê-los acreditarem nessa potencialidade. Os jovens atribuíam o sucesso dos planos de ação aos seus esforços, mas sinalizavam como condição *sine qua non* o suporte proporcionado pelo Projeto. A avaliação externa realizada pelos consultores do NPEJI apontou essa dificuldade

“Assim, é permitido afirmar que não houve elementos que detalhassem a função específica de um Agente de Desenvolvimento Comunitário, implicando, portanto, na fragilidade de uma ordenação lógica de seus objetivos, que poderia acarretar uma situação em que muitos jovens beneficiários, após o Projeto, continuariam em condição de dependência e com pouca autonomia.”. (FLEM, Relatório Avaliação Externa, 2009, p.37).

Para os consultores do NPEJI essa fragilidade pode ser atribuída a uma dificuldade metodológica que não priorizou a habilidade 4: fortalecimento de redes sociais.

A duração da etapa de intervenção na comunidade foi sinalizada tanto pelos jovens quando pelos pesquisadores como insuficiente. Os entrevistados foram contundentes em afirmar que deveria haver mais tempo para a realização dos planos de ação e a avaliação externa enfatizou haverem:

necessidades relativas ao redimensionamento das etapas e à distribuição temporal de cada uma delas que ficou aquém da efetividade dos objetivos específicos. Parte-se do princípio que uma formação de ADC preza pela oportunidade de oferecer um

conhecimento prático ao seu público-alvo, sobretudo, quando se coloca como diretrizes as fases Teórico-vivencial e de Intervenção na Sociedade. Talvez fosse mais adequado e eficiente uma maior disponibilidade para a aplicação dos PAs no entorno comunitário, o que favoreceria inclusive o feedback das redes de vizinhança, das culturas juvenis locais e das redes formadas a partir das articulações previstas pelo Projeto. (FLEM, Relatório Avaliação Externa, 2009, p.42).

Os pilares em que se calcava o Projeto de Formação em Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos eram: elevação da auto-estima, relacionamento familiar, sentimento de pertencimento à escola e à comunidade. Por meio das oficinas e da expressão de suas visões de mundo os jovens tinham a possibilidade de, através dos conteúdos trabalhados, investirem no desenvolvimento de competências constitutivas do Agente de desenvolvimento comunitário.

Em todas as instâncias de análise, a avaliação de resultados implementada pela Fundação Luís Eduardo Magalhães, a avaliação externa feita pelos consultores e os resultados das entrevistas o Projeto foi avaliado de maneira muito positiva, influenciando no desenvolvimento dos jovens concluintes. Entretanto algumas reflexões surgem através de um olhar mais pormenorizado.

PELA MÃO DE DÉDALO

A pesquisa suscitou uma reflexão ainda mais ampla: num país e mais especificamente num Estado em que as condições de moradia, educação, segurança e saúde estão cada vez mais precárias, é factível esperar que os jovens formados por um projeto social pontual transformem a realidade de suas comunidades? É usual em nossa sociedade esse tipo de intervenção comunitária? Qualquer um de nós mobiliza cotidianamente os demais moradores do nosso bairro para resolver problemas que cabem ao poder público? Se ampliarmos ainda mais essa reflexão: existe em nosso país uma cultura forte de participação popular e controle social?

A história política brasileira é marcada pelo descrédito nas instituições partidárias e pela participação política ter estado quase sempre restrita ao processo eleitoral. Nossa participação na arena de políticas públicas, nesse contexto neo-liberal ainda é marcada, pelo seu caráter instrumental e está por vezes, a serviço da reprodução de sistemas políticos que se constituíram no coronelismo e patriarcalismo. Estamos num momento nacional e regional de conferências, conselhos, de ênfase numa democracia representativa, mas com pouca expressividade dos movimentos sociais. Podemos falar de uma certa domesticação da militância quando a oposição assume o poder e as lideranças passam a ocupar cargos públicos. Há que se pensar quais os rebatimentos políticos dessa mudança de cenário.

No Brasil o descrédito e a desconfiança da sociedade em relação às instituições políticas, marcam a cultura política nacional, que se caracteriza ainda pela fragilização dos laços sociais e a institucionalização do individualismo, onde o interesse privado se sobrepõe ao interesse coletivo. Baquero (2001) aponta para “a necessidade de se compreender” a especificidade histórica do Brasil como condição indispensável para reconceituar o sentido da política e da natureza das relações sociais, entendendo como se efetivou o papel do Estado e da Sociedade civil na construção da democracia brasileira “Tanto mais a democracia tem bases sólidas quanto mais haja correlação entre as demandas sociais e as ofertas políticas e o que de fato é viabilizado” (Baquero, 2001). Este processo representa a dimensão decisória da participação enquanto elemento central da democracia.

Ainda que sejam inegáveis os avanços, muitos são também os desafios na formulação das políticas públicas voltadas para a juventude. A sociedade ainda oscila no que diz respeito à

percepção que possui sobre as juventudes. Olhar o jovem como problema social, depositário do amanhã ou sujeito de direitos, ainda é como muito bem enfatizou Bourdieu (1983) uma questão de conveniência política.

Foi destaque nas entrevistas que os jovens acreditam ser fundamental para o pleno exercício da articulação social o suporte público. Mesmo que durante os planos de ação tenham sido os próprios jovens através da mobilização social que tenham engendrado o sucesso de suas intervenções comunitárias, eles não percebem dessa forma. Nas suas crenças, acham que é necessário um suporte mais institucional para que o êxito aconteça.

Depositar num projeto de formação a expectativa de instrumentalizar o jovem, que vive num contexto de exclusão social, para a transformação de uma realidade historicamente sofrida e socialmente complexa, é muito ingênuo ou talvez muito perverso. Pode-se incorrer no equívoco de atribuir ao jovem uma tarefa pesada demais.

Os Projetos Sociais têm uma ação positiva, amenizam a condição social, mas não reestabelecem o equilíbrio que a desigualdade social provoca em nossa sociedade. Se fizermos uma metáfora, podemos pensar em um curativo, mas especificamente um bandaid, mas infelizmente desproporcionalmente colocado em uma fratura exposta. As mazelas que a desigualdade nos traz não podem ser minimizadas apenas com projetos pontuais, sem desdobramentos.

Pensando propositivamente o Estado deve cumprir sua função de proteção social, possibilitando o pleno desenvolvimento das liberdades substantivas dos seus cidadãos. Para isso deve garantir que as necessidades individuais fundamentais sejam supridas, para que em outra instância a movimentação coletiva, a participação popular seja efetiva na colaboração para a construção de um entorno mais justo e digno para todos. Como agentes de desenvolvimento comunitário podem atuar sem que condições mínimas sejam propiciadas pelo poder público?

As juventudes precisam ser vistas e notadas sim. Mas devem se fazer notar também. É fundamental que o jovem imprima força na sua voz e que ocupe os espaços de controle e participação social. Os movimentos de jovens e a participação, ainda que instrumental, vêm ganhando destaque na sociedade brasileira e baiana. Avanços como os Conselhos Estadual e Nacional de Juventude, e as conferências, municipais, estaduais e a nacional são espaços de

compartilhamento e construção de propostas. Cabe também ao jovem o movimento de cobrar, de pressionar para que as instâncias governamentais exerçam o papel que lhes foi confiado pelos eleitores e pela democracia.

Mas para que os jovens se reconheçam enquanto sujeitos de direitos, como pessoas livres e com possibilidades de escolha, é necessário que exista um contexto favorável ao seu desenvolvimento. Os projetos sociais de formação são importantes? Sim e muito. Mas eles são apenas um dos instrumentos das políticas públicas voltadas para as juventudes. Educação básica de qualidade, saúde acessível a todos, possibilidade de moradia digna, direito ao lazer e ao esporte, acesso à cultura, viver num local seguro. Todos esses “bens” que são públicos e que deveriam ser acessados por todos e que garantem um mínimo de dignidade à coletividade humana. A chamada justiça social poderia estar além das políticas identitárias que apenas marcam (de maneira necessária) as diferenças. É fundamental a noção de equidade, mas nossas políticas públicas devem enxergar e alcançar a todos, independente das diversidades, jovens ou idosos, mulheres, homens, crianças.

Refletindo sobre a efetividade dos processos formativos na transformação da realidade dos jovens, utilizando o recorte da avaliação do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário, pode-se inferir:

- os conteúdos utilizados e a metodologia proposta propiciam a elevação da auto-estima e por consequência, o auto-conceito dos jovens;
- o espaço escolar passa a ser visto como prazeroso, o comportamento diante da preservação do patrimônio escolar se modifica e o interesse pela formação acadêmica se intensifica;
- o relacionamento com a família é beneficiado, ampliando a participação do jovem na dinâmica familiar;
- o sentimento de pertencimento à comunidade se modifica, bem como a percepção do papel que os jovens possuem em relação a ela, colaborando com uma maior integração;
- os jovens modificam suas competências após a participação no Projeto, em especial as relativas à comunicação e ao relacionamento interpessoal;

O Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário foi considerado pelos jovens entrevistados como muito importante em suas vidas e para muitos deles foi, no que diz respeito ao relacionamento interpessoal, um divisor de águas. A participação no Projeto

propiciou a esses jovens a possibilidade de expressarem-se compartilhando com seus pares suas idéias, crenças e valores.

Mesmo diante de tantas conclusões positivas, pode-se inferir também que o Projeto não alcançou seu objetivo geral de formar agentes de desenvolvimento comunitário, já que nenhum dos jovens concluintes passou a ter uma ação efetiva na sua comunidade nem se engajou em nenhum movimento coletivo após a formação. Ainda que esse resultado tenha sido apresentado ao final do Projeto, as competências desenvolvidas após a formação, relativas ao engajamento na comunidade não se mantiveram ao longo do tempo e atualmente os jovens não atuam em suas comunidades.

Entretanto, essas competências podem vir a se manifestar no futuro, caso exista um ambiente propício e esses jovens encontrem um suporte necessário à prática dos conhecimentos adquiridos durante o Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário.

São muitos os desafios. É difícil enquanto gestora social, que executa projetos voltados para as juventudes descortinar essas verdades. Um desconforto se coloca, mas ele não paralisa e sim permite que através das inúmeras reflexões surjam novas janelas do fazer de mãos dadas com a crítica e a reformulação. Vamos nos reinventar e criar novas maneiras de estar na área social. O mesmo idealismo, a mesma vontade, mas acompanhados dos questionamentos e da criticidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, número especial, n. 5-6, 25-36, 1997.

_____. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, 32-37.

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (coord.) (2006), **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**, Brasília, UNESCO.

AQUINO, Luseni. A Juventude como Foco das Políticas Públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla C. de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. P. 26-39.

BOULLOSA, Rosana. *Mirando al revés das Políticas Públicas*. mimeo. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra**. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____; _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni; ABRAMO, Helena Wendel (orgs.) **Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005.

BRASIL, República Federativa do. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: **Educação, Qualificação e Ação Comunitária - PROJOVEM**. Disponível em www.ProJovem.org.br Acesso em 11 de fevereiro de 2011.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e; KANSO, Solange. Um Olhar Demográfico sobre os Jovens Brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla C. de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA. P. 74-87, 2009.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas: de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2002.

_____; _____. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: RITLA, 2009.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Protagonismo juvenil. Adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma. **A juventude no Brasil.** Disponível em: <http://www.cmpbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2009.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso.** São Paulo: Editora UNESP, 2006. Capítulos 2 e 6.

ESTEVES, Luís Carlos Gil e ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Juventudes: Pelos outros e por elas mesmas.** 2008. Lisboa.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Agenda Social para Jovens do Estado da Bahia.** Salvador: Cipó Produções, 2003.

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES – FLEM. **Programa Jovens Baianos. Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário. Na Teia – Manual de Orientação Metodológica.** Salvador: FLEM, 2007.

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. – FLEM. Programa Jovens Baianos. Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário. Relatório IX - Resultados Sintéticos. Salvador: FLEM, 2007.

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. – FLEM. Programa Jovens Baianos. Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário. Relatório IX - Resultados Analíticos. Salvador: FLEM, 2007.

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. – FLEM. Programa Jovens Baianos. Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário. Relatório Final dos Grupos Focais. Salvador: FLEM, 2007.

GONÇALVES, Hebe Signorini. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, PP.207-219, 2005.

GONZÁLES, Zuleika Kohler e GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Discursos sobre juventude e práticas psicológicas: a produção dos modos de ser Jovem.** Brasil. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud, Manizales, Doctorado em Ciencias Sociales, Niñez y Juventud Del Centro de Estudios Avanzados em Niñez y Juventud de La Universidad de manizales y El Cinde, vol.6, num. 2, (Julio – diciembre), PP. 463-484, 2008.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE); INSTITUTO PÓLIS. **Diálogo nacional para uma política pública de juventude.** Relatório síntese da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Polis, 2006.

_____; _____. **Pesquisa sobre Juventudes no Brasil**. Helena Abramo (coord. técnica), Anna Luiza Salles Souto (coord.), Regina Facchini (pesquisadora) e Erica Nascimento (colaboração). Relatório Nacional Brasil. Rio de Janeiro: Ibase, 2009.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://perio.unlp.edu.ar/teorias/index_archivos/margulis_la_juventud.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social** – Teoria, método e criatividade. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes. 29. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NOVAES, Regina. MAFRA, Clara. (org.) **Juventude: conflito e sociedade**. Comunicações do ISER, nº. 50, ano 17, 1998.

PEREIRA, Marcus Abílio e CARVALHO, Ernani. **Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social**. *Lua Nova* [online].n.73, pp. 45-58. ISSN 0102-6445, 2008.

PEREIRA, Ondina Pena. **O Ethos do Indivíduo Grego e o Êxtase do Sujeito Contemporâneo**. Episteme, Porto Alegre, n. 19, p. 115-137, jul./dez. 2004.

PIMENTA, Melissa Mattos. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, pp. 400-404. ISSN 0103-2070.

ROCHE, Chris. Avaliação de impacto no trabalho das ONGs – aprendendo a valorizar as mudanças. Inglaterra: Oxfam, 2002.

SALLES, Leila Maria Ferreira. **Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos**. Estud. psicol. (Campinas) [online]., vol.22, n.1, pp. 33-41. ISSN 0103-166X, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia** – Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 13-27.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record. 2008

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SILVIA, Enid R. A. da; ANDRADE, Carla C. de. A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla C. de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA. p. 43-69, 2009.

SOARES, Swamy de Paula Lima. **A Educação de Jovens no Governo Lula: considerações sobre o PROJOVEM no município de João Pessoa**. Paraíba. 2008

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. p. 65 - 86. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Organizado por Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. .

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude e educação. **Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, Número especial. n. 5-6. P.37-54, 1997.

_____; _____. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*. V. 11 n. 32 Maio/Agosto, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez Editora, Salvador: UFBA, Recife: Equip, 224 p., 2001.

VIEIRA, Marcos Antonio; TENÓRIO, Robinson Moreira. Avaliação em educação como hermenêutica à luz de argumentos possíveis entre Sartre e Freire. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; VIEIRA, Marcos Antonio. **Avaliação e sociedade: a negociação como caminho**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 231-252.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari e Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1ª ed., 2007.

APÊNDICE

LISTA DOS JOVENS ENTREVISTADOS

1. Ana Maria de Souza Silva
2. Diego Roberto Nascimento Gomes de Santana
3. Diogo Roberto Nascimento Gomes de Santana
4. Elisabeth Borges Bispo
5. Fábio Santos Gonçalves
6. Fabricio Sales dos Santos
7. Franquicinaldo Almeida Ferreira
8. Geisa Jesus da Silva
9. Iasmine Muniz Barbosa
10. Juliana Rosa de Jesus
11. Laís Santos da Silva
12. Lismar de Santana Pereira
13. Lucinalva Gonzaga Santana
14. Ludmila Muniz Barbosa
15. Marli Muniz Barbosa
16. Mauricio de Jesus Santos
17. Meiriane Silva de Oliveira
18. Natanael Gonzaga Santana
19. Renata Sátiro dos Santos
20. Ricardo Anjo dos Santos
21. Sayonara Silva Santos
22. Sheila da Silva
23. Zenilda Santos de Araújo